

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

A NECESSIDADE DO CONFLITO!

Bem compreendo o Primeiro-Ministro. Que outra coisa poderia fazer, apertado entre a ala esquerda do PS e o Presidente da República? Além de ter um Congresso à porta...

Foi forçado a um acordo na Justiça, foi forçado a dialogar na escolha do Procurador Geral da República, que mais querem!

A cabeça de Sócrates estremeceu com tanto acordo. Foi ouvir os seus camaradas mais vermelhos, foi ler os comentadores mais íntimos. Toda a esquerda, em uníssono, bradaram contra a aleivosa de Sócrates de permitir uma foto ao lado de Marques Mendes, ainda para mais, com o acordo de Belém. É laranja a mais...

Depois desse episódio, nenhum outro assunto poderia merecer um qualquer acordo. Nem a escolha do dia 25 de Dezembro para o dia de celebração do nascimento de Jesus Cristo!

Estavam assim irremediavelmente condenados entendimentos na área da segurança social ou das finanças regionais e locais.

Na segurança social o PS ainda prossegue com cedências aos parceiros sociais e veremos como sai o diploma da Assembleia da República, depois da poeira assentar... Seja como for, o futuro se encarregará de dar razão ao PSD.

Nas finanças locais e regionais a situação é de uma tristeza confrangedora!

Nesta última tudo se centra na cega demanda contra Alberto João Jardim! Tudo vale, tudo é bom! Chegamos a ler que todos os males que acontecem aos portugueses derivam das políticas de investimento "despesistas" de Alberto João Jardim na Madeira. Quão ridículo pode chegar-se? Principalmente quando outra é a visão quando se fala de César nos Açores...

Em relação às autarquias é sintomático que o PS procure e encontre no CDS/PP o único que lhe dá a mão. Ou não fosse o CDS/PP o partido com menos apoio autárquico... ou onde a história regista acordos anteriores, também com o PS, em que o país foi então trocado por um queijo (bola)! Qual será a moeda hoje usada?

Nestas discussões acaloradas sobre as alterações às leis de finanças regionais e locais o pano de fundo está claramente distorcido e não corresponde à realidade! O Governo quer fazer-nos crer que o culpado do défice público incontrolado são as regiões autónomas (*rectius* a Madeira) e as autarquias. Ele Governo e os seus serviços públicos em nada contribuem para isso, assim esquecendo 200 mil funcionários públicos entrados nos Governos de Guterres... assim esquecendo a despesa anual de milhões e milhões de euros para pagar as SCUT's de Guterres...

Depois do Acordo na Justiça, Sócrates tinha necessidade de um conflito! Nem que fosse para justificar uma outro acordo...

Marques Mendes apresenta medidas fundamentais para as PME



Destaques:

Crescer 3% ao ano é a única forma de retomar o crescimento sustentado

Pag. 2 e seguintes

O PSD e os processos de revisão da lei da eleitoral, finanças locais e regionais e encerramentos de urgências

Política Nacional

Marques Mendes encerra a convenção do PSD de Évora

Notícias locais

Actividades do Presidente do PSD

Marques Mendes apresentou 15 medidas para apoiar PME Crescer 3% ao ano é fundamental!

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, apresentou no dia 3, no Centro Cultural de Belém, as nossas propostas para a criação de um programa de apoio às Pequenas e Média Empresas (PME), que, entre outras medidas, estabelece a obrigatoriedade – moralizadora – do Estado, de elaborar um plano de pagamentos escalonados aos seus fornecedores.

Em declarações anteriores à apresentação, o vice-presidente do PSD, Manuel Lencastre adiantou que o programa é constituído por “15 medidas”, centradas em cinco objectivos.

Segundo Manuel Lencastre, os objectivos que nortearam a elaboração do programa são a “remoção dos estrangulamentos das empresas, o investimento no aumento da produtividade, o aumento do volume de negócios das PME, a simplificação do relacionamento do Estado com as empresas e a criação de uma cultura de empreendedorismo”.

Entre as 15 medidas “muito concretas” que os sociais-democratas apresentam hoje ao final da manhã no Centro Cultural de Belém, está a “obrigatoriedade do Estado estabelecer um plano de pagamentos escalonados das suas dívidas aos fornecedores”.

“Há atrasos brutais nos pagamentos do Estado aos seus fornecedores, o que provoca constrangimentos gravíssimos a muitas empresas”, sublinhou o vice-presidente do PSD.

Manuel Lencastre lembrou ainda que “as PME representam 99,6 por cento das empresas”, lamentando que “o Governo tenha esquecido este sector importantíssimo, preferindo concentrar-se no anúncio de grandes investimentos.

“AS PME têm de ser colocadas no centro da política económica, porque são elas o grande motor da economia portuguesa”, acrescentou o vice-presidente social-democrata.

O programa de apoio às PME que foi apresentado por Marques Mendes, dará depois origem a uma iniciativa parlamentar.

A apresentação deste programa tinha sido anunciada pelo líder social-democrata, na “rentrée” do partido, em Castelo de Vide, no encerramento da Universidade de Verão da JSD.



Na altura, Marques Mendes tinha afirmado que “O Governo enche a boca com milhões de euros de anúncios de mega investimentos. Mas deixa ao abandono milhares de micro, pequenas e médias empresas que são o motor da nossa economia, a principal alavanca das nossas exportações e as grandes responsáveis pela criação de emprego. As prioridades do Governo estão invertidas. A prioridade tem de ser o reanimar da nossa economia”.

Era meio-dia em Lisboa, quando o nosso Presidente começou a sua intervenção, desafiando o Governo a ter “espírito de abertura” para aprovar apoio às PME, considerando que se o Executivo não mostrar essa “espírito”, significa que despreza o sector.

“Até agora o Governo – afirmou – não mostrou grande vontade política, nem sensibilidade económica para a importância estratégica das PME. Espero, ao menos, que o Governo tenha agora o espírito de abertura necessário para viabilizar a aprovação deste programa”, disse.

«Faz hoje precisamente um mês

prometi que o PSD apresentaria, antes do Orçamento do Estado para 2007, um Programa de Apoio às Pequenas e Médias Empresas. Exactamente um mês depois, aqui estou a cumprir o prometido.

«Este Programa de Apoio às Pequenas e Médias Empresas tem uma razão de ser, tem objectivos bem claros e tem medidas muito concretas.

1 - Em primeiro lugar, este programa tem uma razão de ser. As micro, pequenas e médias empresas são o motor da nossa economia. Constituem a principal fonte das nossas exportações, contribuem decisivamente para a criação da riqueza nacional e são responsáveis pela criação de um elevado numero de postos de trabalho.

Portugal é, por excelência, um País de pequenas e médias empresas. É essa a nossa matriz empresarial, é esse o padrão do nosso tecido produtivo.

No entanto, as micro, pequenas e médias empresas têm sido o parente pobre da política económica Portuguesa. Estão permanentemente ausentes do discurso político e, mais

grave que isso, são normalmente esquecidas no dia a dia da acção concreta.

O Governo preocupa-se muito com os grandes projectos e os mega investimentos, muitos deles sem um contributo relevante para a competitividade do País. Mas o Governo deixa ao abandono milhares de pequenas e médias empresas cuja acção é decisiva para o crescimento económico de Portugal.

O propósito deste Programa é contribuir para inverter esta situação. As Pequenas e Médias Empresas precisam de ter um lugar de destaque na agenda política nacional e têm de estar no centro da política económica do País. É isto o que o futuro reclama e exige.

Mais que um diagnóstico, este é um programa de Objectivos

2 - Por isso mesmo, este Programa não se limita ao diagnóstico. Ele avança com objectivos bem claros.

Actividades do Presidente do PSD

São cinco os objectivos que se pretendem alcançar com este programa:

Remover os estrangulamentos financeiros das PME;

Investir no aumento da produtividade das PME;

Aumentar o volume de negócios das PME;

Simplificar o relacionamento das PME com o Estado;

Criar uma cultura de empreendedorismo em Portugal.

Só caminhando neste sentido criaremos as condições para que Portugal volte a crescer, pelo menos, 3% ao ano.

Crescer 3% ao ano não é uma miragem. É um desafio. Ambicioso mas realista. Mobilizador e necessário. Só crescendo 3% ao ano voltamos a convergir com a Europa e a fazer aproximar o nível de vida de cada Português do nível de vida dos Europeus. Só crescendo 3% ao ano conseguiremos criar riqueza suficiente para combater o desemprego e criar oportunidades para os jovens que procuram o primeiro emprego.

Mas para crescer 3% ao ano o papel das PME é absolutamente crucial.

Claro que o trabalho essencial é das próprias empresas. Vivemos numa economia de mercado em que o Estado não pode nem deve substituir-se à função das empresas e dos empresários. Mas o Estado pode e deve saber premiar muitos e muitos exemplos de sucesso empresarial que temos em Portugal. E sobretudo o Estado pode e deve fazer o que lhe compete – criar o ambiente favorável ao desenvolvimento e à facilitação da livre iniciativa empresarial, removendo obstáculos, vencendo estrangulamentos, simplificando

procedimentos e ajudando a criar uma nova cultura económica em Portugal.

3 - Daí o conjunto de medidas muito concretas que este Programa contém. São 15 as medidas essenciais que propomos.

São 15 medidas que não esgotam o que seria necessário fazer. Mas a verdade é esta: quando se quer fazer tudo ao mesmo tempo, acaba-se por nunca se fazer coisa alguma.

Quinze medidas realistas e exequíveis. Tenho um hábito do qual não abduco – só proponho e só prometo o que tenho a certeza de que é possível cumprir.

Gostaria de propor, no âmbito deste Programa, a redução de impostos, em particular do IRC e do IVA. Essa redução é importante para a competitividade fiscal em Portugal. Os aumentos de impostos decretados há um ano foram um erro. Penalizaram a economia e só serviram para financiar mais despesa do Estado. Havia outros caminhos e outras soluções. Hoje, porém, a verdade é esta: só é possível baixar impostos quando Portugal der uma machadada a sério na despesa pública, o que o Governo tarda a fazer. Por isso, apesar de não ser responsável por essa situação, não posso propor agora o que seria, neste momento, um exercício de demagogia e irresponsabilidade.

Mas estas 15 medidas são corajosas, importantes e inovadoras. Quero nesse momento destacar 7, pela especial importância que têm e pela filosofia nova que representam.

Como primeira medida destaco a necessidade de aprovação de um plano de pagamentos das dívidas do Estado aos seus fornecedores. O Estado tem de aprovar um plano de pagamentos, com prazos bem definidos. Ultrapassado esses prazos,



as dívidas do Estado que subsistirem têm de poder ser usadas pelas empresas como compensação das suas obrigações fiscais.

Esta é uma forma corajosa e inovadora de obrigar o Estado a pagar a tempo e a horas.

Para o Governo parece que tem de ser tudo na hora: é a marca na hora, é a empresa na hora, é o imposto na hora. Só quando se trata de o Estado pagar o que deve, em particular às empresas, é que fica tudo para mais tarde, é sempre pagar tarde e a más horas. Esta situação tem de terminar.

O IVA resultante de serviços prestados ao Estado só deve ser liquidado após estas pagamento do que é devido pelo Estado

Como segunda medida destaco a de obrigar a que o IVA resultante de serviços prestados ao Estado apenas seja liquidado pelas empresas após estas terem recebido os pagamentos que lhe são devidos pelo Estado.

As empresas devem entregar ao Estado, em sede de IVA, os montantes que cobram aos seus clientes. Quando o cliente é o Estado e se atrasa nos pagamentos, é inaceitável que as empresas sejam obrigadas a entregar ao Estado o que este já lhes devia ter pago mas ainda não pagou. Permitir que isto continue assim é permitir que o Estado se esteja a financiar à custa das empresas criando ainda maiores dificuldades à sobrevivência das PME. Acabar com esta dupla penalização é da mais elementar justiça. O Estado tem que passar a ser uma pessoa de bem.

Como terceira medida destaco a transformação automática das dívidas vencidas do Estado às empresas em títulos que possam ser negociados com terceiros, de forma a antecipar o seu recebimento.

Esta é uma forma inovadora de agir. Uma forma de as empresas anteciparem pagamentos das dívidas do Estado, permitindo, assim, a entrada antecipada de capitais nas empresas, sem sofrerem grandes descontos.

Como quarta medida destaco a necessidade de recriar o ensino profissional, criando cursos profissionais e sobretudo espaços oficiais de aprendizagem nas escolas do terceiro ciclo e secundário, para o ensino de profissões eminentemente técnicas.

Há anos que todos falam do erro que foi acabar com o ensino técnico-profissional. Há anos que todos o reclamam de volta. Há anos que tudo continua na mesma. Temos de ter a coragem de o fazer e para isso ter espaços oficiais nas escolas para a aprendizagem técnica e prática, seja de profissões ligadas às novas tecnologias ou aos sectores profissionais. Um passo essencial para termos mais mão-de-obra qualificada.

Núcleos de investigação, desenvolvimento e inovação, no seio das PME

Como quinta medida destaco o incentivo à criação nas PME de núcleos de investigação, desenvolvimento e inovação.

A investigação não pode continuar a ser uma actividade eminentemente académica. Temos de dirigir os apoios financeiros à investigação e à inovação para dentro das próprias empresas. Temos de ter investigadores e doutorados dentro das empresas e não apenas nas Universidades e nos Laboratórios do Estado. A investigação tem de ser feita a pensar na sua aplicação prática pelas empresas. É fundamental que parte dos resultados do trabalho dos investigadores possam aproveitar às



Actividades do Presidente do PSD

PME, para inovarem, para se desenvolverem e para se modernizarem.

Como sexta medida destaco algo que considero não apenas essencial como urgente – incentivar a contratação pelas PME, de licenciados que estão no desemprego.

Temos um problema sério de desemprego de licenciados. São já dezenas de milhares. E temos, ao mesmo tempo, empresas que precisam de trabalhadores com elevadas habilitações.

Olhar para esta situação e nada fazer é inaceitável. A solução inovadora que propomos é a de as PME, poderem contratar jovens licenciados no desemprego. O Estado suportará parte do vencimento, através do subsídio de desemprego, a empresa suportará a parte restante. Sem mais despesa pública dá-se um incentivo para combater o flagelo dos desempregados licenciados e ajudar as PME, na busca de quadros superiores.

Destaco, finalmente, a criação de um “Passaporte para a Exportação” para as PME, assentando num serviço de consultoria à internacionalização.

As PME, têm de exportar mais. Para muitas delas envolverem-se nos mercados internacionais é uma verdadeira dor de cabeça. Planos para a internacionalização, definição de circuitos de comercialização, acesso a apoios à participação em Feiras Internacionais, assistência técnica e promocional do ICEP e das Embaixadas são falhas que as PME sentem e que têm de ser debeladas.

Este “passaporte para a exportação” implicando designadamente um efectivo serviço de consultoria especializada às PME, é essencial. É isto mesmo que o Estado tem de fazer e que tem de fazer com determinação e empenho.

4 - Uma palavra final: em bom rigor um Programa desta natureza deveria ter sido já aprovado pelo Governo. Se o Governo tivesse uma política económica correcta e

prioridades bem definidas, já deveria ter aprovado um Programa de Apoio às PME.

A verdade é que não o fez. Até hoje o Governo não mostrou nem vontade política nem sensibilidade económica para a importância estratégica das PME.

Espero, ao menos, que o Governo tenha agora o espírito de abertura necessário para viabilizar a aprovação deste Programa e das medidas que ele contém.

Muitas destas medidas podem e devem ser consagradas já no próximo Orçamento de Estado. Se assim for daremos um importante passo em frente. Se o Governo não tiver espírito de abertura e vontade política para o fazer então, isso significará que despreza a importância das PME.

Pela minha parte, pela nossa parte, não desistimos de fazer o que responsabilmente tem de ser feito – dar às PME a voz, o protagonismo, a prioridade e o apoio que merecem e que o interesse do País reclama.»

As 15 medidas de apoio às PME

Primeira Medida – Obrigar o Estado a um plano de pagamentos, escalonado no tempo, para saldar as dívidas do Estado aos seus fornecedores. No final desse período, as dívidas por cumprir poderão ser usadas pelas empresas como compensação das suas obrigações fiscais.

O objectivo é o de assegurar o pagamento atempado das dívidas do Estado, fazendo com que este seja uma pessoa de bem, desse modo se resolvendo muitos problemas financeiros das PME.

Segunda Medida – Estabelecer a obrigatoriedade de o IVA resultante de serviços prestados ao Estado ser apenas pago pelas empresas após boa cobrança. O objectivo é impedir que o Estado, que paga aos seus



fornecedores com grandes atrasos, possa exigir o IVA relativo a pagamentos do próprio Estado ainda não efectuou. A situação actual é uma dupla penalização para as empresas: não só recebem tarde do Estado como ainda são obrigadas a adiantar ao Estado os montantes do IVA que o próprio Estado devia ter pago e não pagou.

Terceira Medida – Transformação automática das dívidas do Estado às empresas em títulos que possam ser por estas negociadas com terceiros, de forma a antecipar o seu recebimento.

O objectivo é o de permitir que, decorrido o prazo de pagamento, as empresas possam recorrer ao “factoring” “sem sofrerem grandes penalizações, isto é, com a banca a antecipação do pagamento das dívidas do Estado permitindo, assim, a entrada antecipada de capitais nas empresas sem sofrerem grandes descontos. Tal só será possível se a dívida do Estado às empresas for automaticamente transformada em dívida pública, logo que decorrido o prazo de pagamento.

Quarta Medida – Facilitar o acesso ao crédito para investimento, tornando efectivo o acesso das PME a fundos de garantia mútuos, com financiamentos públicos, através do IAPMEI.

O objectivo é permitir ultrapassar a dificuldade que as PME sentem no acesso ao crédito pelo facto de terem especiais dificuldades para assegurar as garantias que a banca normalmente exige para conceder crédito. O Estado, através do IAPMEI, deverá conceder uma garantia do próprio Estado para as PME que necessitam de financiamento bancário para investimento. A dificuldade de acesso ao crédito poderá assim ser ultrapassada através da dinamização de fundos de garantia mútuos, que já existem mas que têm de ser dinamizados e especialmente direccionados para as pequenas e médias empresas

Quinta Medida – Assegurar que o sistema bancário público atribui

prioridade à concessão de crédito para investimento e crescimento das PME.

O objectivo é o de garantir que o Estado, como accionista do sistema bancário público, define como orientação política que a banca pública, sem prejuízo da análise qualitativa dos projectos, deve atribuir prioridade elevada à concessão de crédito para investimento às PME, criando assim condições para o seu fortalecimento e crescimento.

Sexta Medida – Incentivar a contratação de licenciados em situação de desemprego.

O objectivo é assegurar, durante um ano, às PME a possibilidade de contratarem quadros qualificados em situação de desemprego. A remuneração deve ser composta por 2 partes: uma, a cargo do Estado de montante igual ao do subsídio de desemprego que o trabalhador já auferia, não representando por isso qualquer custo adicional para os cofres públicos; a outra parte, a cargo da PME, em acumulação com o montante pago pelo Estado.

Sétima Medida – Dar um novo impulso ao ensino profissionalizante, mediante a oferta de cursos profissionais e espaços oficiais nas escolas do terceiro ciclo e secundário para o ensino de profissões de carácter eminentemente técnico, ligadas às novas tecnologias e a sectores mais tradicionais, designadamente, electricistas, canalizadores, carpinteiros, serralheiros, soldadores.

O objectivo é o de criar condições para que as PME possam dispor da mão-de-obra de que necessitam. Trata-se de garantir, recorrendo a parcerias público-privadas, o ensino de uma profissão a quem não quer prosseguir os seus estudos.

Oitava Medida – Incentivar a criação nas pequenas e médias empresas de núcleos de investigação, desenvolvimento e inovação, dirigindo os apoios financeiros à investigação e inovação para dentro das próprias empresas.



Actividades do Presidente do PSD

Criação de condições para que as PME, possam ter inovação, design e investigação

O objectivo é o de criar condições para que as PME, que não dispõem dos mesmos recursos das grandes empresas, possam investir na inovação, no design e na investigação. Queremos os investigadores e doutorados nas empresas, a fazerem investigação, a promoverem a inovação, a contribuírem para modernizar e desenvolver as PME. Esta medida deve traduzir-se na duplicação, em dois anos, dos apoios financeiros para a criação de núcleos de inovação nas PME – NITEC.

Nona Medida – Discriminar positivamente, no âmbito dos apoios do QREN e de concursos promovidos pelo Estado, as PME e os seus projectos que acrescentem mais valor à economia.

O objectivo é o de, no âmbito do QREN e de concursos promovidos pelo Estado, apoiar, através de discriminação positiva, as PME que apostem em factores como a capacidade e competências de gestão, a melhoria dos processos de gestão, a qualidade certificada através dos diferentes sistemas, a inovação e a diferenciação, o aumento da produtividade, o combate ao desperdício, a responsabilidade social.

Décima Medida – Criação de um “Passaporte para a Exportação” para as pequenas e médias empresas, com base num serviço exclusivo de consultoria à internacionalização.

O objectivo é disponibilizar às PME um consultor que as irá apoiar na preparação da gestão para a exportação, designadamente na elaboração de um plano para a internacionalização, no acesso às bases de conhecimento dos organismos públicos e à assistência directa por parte das delegações do ICEP e das Embaixadas nos países de destino. Pretende-se ainda proporcionar às PME, através de consultores com competências reconhecidas em comércio internacional, das delegações do ICEP e das Embaixadas, um acesso rápido aos procedimentos necessários para intervir nesses países, como sejam constituir uma empresa, agilizar o acesso a clientes, a advogados, a bancos de investimento e a autoridades em geral.

Décima-Primeira Medida – Criar, no âmbito do IAPMEI, a figura do “Gestor de Cliente para as PME”, interlocutor único para tratamento dos assuntos das PME com o Estado.

O objectivo é o de simplificar a relação do Estado com as PME, evitando que as empresas tenham de recorrer a um número vasto de organismos para tratar dos seus assuntos com o Estado.

Hoje, as empresas, na sua relação com o Estado, tratam com um grande número de organismos muitas vezes distantes uns dos outros, situação que acarreta elevados custos para as PME. O Estado deve consagrar os Centros de Formalidades de Empresas como “balcão de atendimento” para todas as necessidades de contacto das PME, reforçando as suas competências para acompanhar processos independentemente da sua origem.

Décima-Segunda Medida – Criar um Registo Nacional de Fornecedores. O objectivo é eliminar o excesso de burocracia nas compras públicas, designadamente a exigência às empresas, constante e permanente, de certidões e mais documentos emitidos pelo próprio Estado, muitos dos quais só podem ser utilizados uma única vez.

O Registo Nacional de Fornecedores permitirá dispensar as empresas de uma constante procura de certidões e documentos que, sendo emitidos pelo próprio Estado, devem estar permanentemente actualizados e disponíveis no Registo Nacional de Fornecedores.

Décima-Terceira Medida – Desenvolver um “Portal de Procurement” em que obrigatoriamente sejam registadas todas as consultas/concursos e compras/contratações da Administração Central, Autarquias Locais e Empresas Públicas.

O objectivo é o de assegurar maior transparência, mais informação e melhor concorrência, factores essenciais para todas as empresas, mas de forma especial para as PME.

Décima-Quarta Medida – Fomentar o ensino do empreendedorismo nas escolas e nas universidades. O objectivo é promover junto das universidades a criação de uma disciplina de empreendedorismo em todos os cursos superiores e em todos os cursos técnicos, no sentido de preparar e motivar para projectos empresariais quem entra na vida activa.

Pretende-se, ainda, fomentar a criação de uma disciplina de estímulo ao empreendedorismo nas vias de ensino e profissionalizantes do secundário.

Décima-Quinta Medida – Dinamizar o capital de risco. O objectivo é o de disseminar e dinamizar o acesso das PME ao capital de risco. O Estado, enquanto operador relevante no mercado de capital de risco, deve privilegiar a gestão dos fundos públicos



destinados ao investimento em PME por gestores privados com reconhecido know-how, relativamente à tentação de participar directamente nas empresas destinatárias dos investimentos. Simultaneamente, os diferentes instrumentos existentes do Estado devem ser agrupados e recentrados no apoio aos sectores menos contemplados pela iniciativa privada, com efeito compensador e de alavanca à oferta de capital de risco privado.

Marques Mendes escreve aos autarcas e critica “afrota” do Governo aos municípios

O líder social democrata, no dia 7, enviou uma carta aos mais três mil autarcas sociais-democratas onde critica a “afrota” que o Governo tem feito ao poder local e acusa o executivo socialista de tentar prejudicar as populações.

Na carta Marques Mendes começa por recordar a “retumbante vitória” do PSD nas eleições autárquicas de há um ano, a 09 de Outubro de 2005, considerando que os resultados alcançados são “mérito da excelência” dos candidatos que o partido apresentou.

“Somos o maior partido do poder

local. Esse estatuto enche-nos de satisfação e confere-nos uma especial responsabilidade”, diz Marques Mendes na missiva enviada aos mais de três mil presidentes de câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia eleitos pelo PSD.

Uma responsabilidade que, segundo o líder do PSD, passa por “saber estar à altura das ambições e dos anseios das populações”.

“Mas, também, nesta ocasião, a especial responsabilidade de lutar pela descentralização e pela autonomia do poder local num momento em que o Governo, através de discursos, actos e leis, parece voltar aos tempos do centralismo político, afrontando os autarcas e tentando prejudicar as populações que os elegeram”, acrescenta Marques Mendes na carta, numa referência implícita à nova Lei das Finanças Locais, que o PSD tem criticado.

“Neste momento especial, de alegria e de preocupação”, Marques Mendes expressa ainda a sua “solidariedade e reconhecimento” a todos os autarcas.

“O vosso sucesso será o nosso sucesso e, mais importante do que isso, será o sucesso de todo o país que precisa e merece um poder local autónomo e descentralizado, respeitado e credível”, salienta o líder social-democrata. – Fontes e fotos: - Gab. Imp. PSD, Lusa, DN, coord. PL, fotos Lusa e Arquivo PSD

Actividades do PSD

Concluído o trabalho base vai começar debate interno sobre revisão lei da eleitoral

O “trabalho base” do projecto do PSD para a revisão da Lei Eleitoral, a discutir na Assembleia da República está concluído e vai começar a ser discutido internamente para “vir a lume” no início de 2007, foi anunciado em declaração à Informação o líder da bancada parlamentar social-democrata.

“O trabalho base está feito, agora vamos debatê-lo internamente até ao final do ano”, acrescentou Luís Marques Guedes, escusando-se, contudo, a adiantar qualquer pormenor sobre o projecto do PSD.

Uma revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, que contemple a redução do número de deputados e a criação de círculos uninominais e de um círculo de compensação nacional para garantir a proporcionalidade, é defendida há vários anos pelos sociais-democratas, nomeadamente pelo líder do partido, Luís Marques Mendes.

Antes do Verão, foi criado um grupo de trabalho, constituído pelo líder parlamentar, o presidente da Câmara de Cascais, António Capucho, e o presidente da Câmara do Fundão e líder dos Autarcas Sociais-Democratas, Manuel Frexes, para elaborar o trabalho preparatório deste “dossier”.

“A base está concluída. Tivemos uma primeira conversa [com a direcção do PSD], mas foram-nos feitas sugestões e dadas orientações para testar um determinado modelo. Estamos agora a complementar o trabalho base que já estava feito”, adiantou o líder da bancada parlamentar do PSD.

Marques Guedes escusou-se, contudo, a revelar qual o “trabalho base” já elaborado, que sugestões foram dadas pela direcção ou que tipo de modelo é que o grupo de trabalho está a testar.

“Só depois do debate interno, que será feito no interior do partido até ao final do ano, é que virá a lume a proposta que o PSD irá apresentar para a revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República”, salientou.

Segundo Marques Guedes, foi esse o “timing” definido pela direcção do PSD. “A revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República deve ser colocada na agenda parlamentar no início de 2007”, sublinhou.

No entanto, como se trata de uma



lei que exige a aprovação por maioria de dois terços, torna-se obrigatório um acordo com o PS e o PSD, o que tem inviabilizado a revisão deste diploma nos últimos anos.

Apesar disso, Marques Guedes garante que as conversações com os socialistas sobre esta matéria ainda não se iniciaram.

“Ainda não houve conversa nenhuma com o PS sobre esse assunto”, assegurou o líder parlamentar social-democrata.

Até agora, os socialistas também não apresentaram nenhum projecto

de lei no Parlamento sobre esta matéria, mas no programa do actual Governo socialista prevê-se “rever o sistema eleitoral para a Assembleia da República, com salvaguarda do princípio da proporcionalidade e introdução dos círculos de um só candidato”.

Quanto à redução do número de deputados, sempre que tem sido questionado sobre o assunto, o líder parlamentar do PS nunca se comprometeu nem com a redução nem com a manutenção do número de deputados, dizendo que o tema não foi discutido pela bancada.

Finanças Regionais: Deputados do PSD querem que Jaime Gama recuse a discussão da lei

Os deputados do PSD da Madeira e dos Açores solicitaram hoje ao presidente da Assembleia da República que recuse admitir a proposta de Lei das Finanças Regionais por estar ferida de “inconstitucionalidades”.

“Sendo manifesta a existência de inconstitucionalidades, em matérias da maior relevância, na proposta de Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que em breve será presente a esta Assembleia, solicitamos que (...) recuse a sua admissão”, referem os deputados em carta enviada ao Presidente da Assembleia da República.

Os deputados apontam como inconstitucionalidades a violação do poder tributário próprio das Regiões Autónomas, reconhecido pela Constituição, quando o Governo da República faz depender a criação de impostos pelas Regiões Autónomas de um parecer prévio do Conselho de Acompanhamento das Políticas Financeiras.

Indicam ainda que o Governo da República invade matéria da competência exclusiva das Assembleias Legislativas regionais, ao pretender definir a transferência das atribuições e competências necessárias ao exercício do poder tributário.

Dizem ainda que a Lei desrespeita a Constituição da República ao violar disposições dos Estatutos Políticos das Regiões Autónomas, nomeadamente o princípio da solidariedade sobretudo no preceito



Actividades do PSD

que diz respeito às transferências orçamentais que não poderão ser inferiores ao montante transferido pelo Orçamento do ano anterior.

Lembram ainda que é a própria Constituição “quem atribui superioridade aos Estatutos (Político-Administrativos das Regiões Autónomas) face às restantes leis de valor reforçado”.

Nessa missiva, divulgada no final da tarde pela Presidência do Governo Regional da Madeira, os deputados - Guilherme Silva, Mota Amaral, Correia de Jesus e Hugo Velosa - vêm alertar o Presidente da Assembleia da República para o facto da anteposta de Lei das Finanças das Regiões Autónomas “conter normas desconformes à Constituição e aos Estatutos”.

Finanças Locais: PSD vai pedir fiscalização do Tribunal Constitucional se o diploma não for alterado

O grupo parlamentar do PSD está decidido a pedir a “fiscalização sucessiva” da lei das finanças locais se o diploma do Governo for aprovado e promulgado sem alterações, disse hoje o deputado social-democrata José Ribeiro, no Parlamento.

“A lei, em vários pontos, está ferida de inconstitucionalidade. O

Grupo Parlamentar do PSD está decidido a solicitar a sua fiscalização permanente se tal for necessário”, declarou José Ribeiro durante uma reunião de deputados das comissões de finanças e poder local com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP).

No final, afirmou aos jornalistas que os sociais-democratas ainda têm esperança que sejam introduzidas alterações durante a discussão na especialidade.

“Se não houver nenhuma paragem do diploma até à promulgação da lei, o PSD pondera pedir a fiscalização sucessiva do Tribunal Constitucional”, sublinhou.

O deputado considera que um dos pontos que sugerem inconstitucionalidade é a possibilidade de os municípios decidirem reduzir até três por cento o IRS cobrado aos municípios, uma vez que passam a receber cinco por cento desse imposto, sendo que dois por cento são sempre seus e sobre o restante podem deliberar.

Esta prática, defendeu, viola o

princípio da igualdade e da generalidade por se tratar de um imposto nacional, “fixado, em termos gerais, para todo o país”.

O deputado exemplificou que duas pessoas que trabalhem na mesma empresa, mas residam em concelhos diferentes, ficarão abrangidas por um regime fiscal diferente.

Para o PSD, trata-se de uma medida de desresponsabilização do Governo, que prometeu baixar os impostos e não o fez, passando agora essa responsabilidade para os municípios.

O social-democrata classificou esta decisão do Governo de “populista e demagógica”, afirmando que não é uma medida de competitividade porque não vai influenciar um município a mudar-se para outro concelho.

“Isto vai penalizar sobretudo as autarquias do interior com mais dificuldades porque precisam de receitas e não terão capacidade de as diminuir”, acrescentou.

– Fonte: Gab. Imp. GP/PSD

«Governo está a enganar os portugueses com o fecho das urgências hospitalares»

O PSD acusou, na sexta-feira passada, o Governo de “tentar enganar os portugueses” a propósito do encerramento de urgências hospitalares, sublinhando que “não é verdade” que exista um saldo positivo entre os serviços que fecham e os novos previstos.

“A mensagem que passou para a opinião pública foi a de que se encerravam 14 urgências hospitalares e se criavam 25 novas. Ora isto não é verdade, o que o Governo propõe é fechar 14 urgências hospitalares, sem mais”, criticou o líder parlamentar do PSD, Luís Marques Guedes, em conferência de imprensa no Parlamento.

Um estudo encomendado pelo Ministério da Saúde sobre a reorganização das urgências, e que estará em discussão pública durante o mês de Outubro, prevê a criação de uma Rede com três tipos de serviços de urgência – Serviço de Urgência Básica (SUP), Serviço de Urgência Médico-Cirúrgica (SUMC) e Serviço de Urgência Polivalente (SUP) –, num total de 83 serviços.

De acordo com o executivo, verifica-se um aumento do número de pontos da Rede de Urgência em relação aos actuais 73, conseguido porque os existentes considerados são apenas hospitalares e, apesar do encerramento previsto de 14 urgências hospitalares, são integrados na Rede os serviços de atendimento urgente reconvertidos de 24 centros de saúde.

“As unidades básicas nos centros de saúde não são, nem poderão nunca preencher, as funções dos serviços de urgência hospitalar que encerram”, considera, contudo, o líder parlamentar do PSD.

Apesar de reservar para mais tarde uma posição definitiva sobre esta matéria, Marques Guedes acusa o estudo divulgado esta semana, e realizado por onze especialistas, de conter “omissões graves”.

“Racionalizar despesas é importante, terminar com falsas urgências sem condições é necessário. Mas racionalizar não pode significar cortes cegos, sem critério e sem prioridades”, criticou.

O PSD enumerou os riscos do encerramento de 14 serviços de urgência, considerando que existe o perigo de os actuais serviços não terem capacidade de resposta para atender mais doentes.

“Há um risco seriíssimo de não haver nem instalações, nem profissionais de saúde, nem meios técnicos capazes de responder às solicitações das populações”, criticou Marques Guedes.

Por outro lado, os sociais-democratas colocaram dúvidas sobre os tempos de acesso a uma unidade de urgência previstos pelo executivo de 30 minutos, mas apenas para 90 por cento dos portugueses.

“Fica de fora deste critério um milhão de portugueses”, salientou o líder



da bancada laranja, sublinhando que “não pode haver portugueses de primeira e de segunda”.

O PSD chama ainda a atenção que o estudo apenas refere o tempo de acesso a um serviço de urgência, mas “nada diz quanto à demora no atendimento”.

“É um silêncio irresponsável”, acusou Marques Guedes, notando que “está em causa a saúde das pessoas e, no limite, a sua própria vida”.

A reorganização proposta por 11 especialistas deverá começar a ser executada no início do próximo ano, e propõe o encerramento de cinco serviços de urgência na Região Norte (dos hospitais de Peso da Régua, Macedo de Cavaleiros, Vila do Conde, Fafe e Santo Tirso), sete na Região Centro (nos hospitais de S. João da Madeira, Espinho, Estarreja, Ovar, Anadia, Fundão e Cantanhede) e dois na região de Lisboa (Curry Cabral e Montijo).

Já antes, no dia 3, terça-feira, o deputado social-democrata Fernando Santos Pereira solicitara esclarecimentos ao ministro da Saúde acerca do relatório sobre a reorganização das urgências, sugerindo que Correia de Campos tentou condicionar o estudo para “arranjar respostas” para uma decisão já tomada.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, Fernando Santos

«Governo está a enganar os portugueses com o fecho das urgências hospitalares»



Pereira coloca várias questões sobre o relatório encomendado pelo Ministério da Saúde sobre a reorganização que prevê o encerramento de 14 urgências e que foi divulgado na segunda-feira.

Segundo o Ministério da Saúde, a reorganização proposta por 11 especialistas deverá começar a ser executada no início do próximo ano, de uma forma escalonada no tempo, e em “conjugação com outras acções complementares ligadas a acessibilidades e à requalificação de recursos humanos e materiais”.

Embora a reorganização vise que um serviço de urgência fique no máximo, a 30 minutos de distância da população servida (45 minutos no caso de uma urgência polivalente), os especialistas assumem que, devido a limitações demográficas e geográficas, um milhão de portugueses vai demorar mais a chegar a estas unidades.

Uma das questões colocadas pelo deputado do PSD eleito pelo círculo de Braga refere-se à forma como foi nomeada a comissão que elaborou o estudo. “Será correcto nomear uma comissão que elabore um estudo para fundamentar uma decisão a tomar e depois ‘obrigá-la’ a cumprir as orientações do despacho número 18459/2006”, questiona Fernando Santos Pereira, referindo-se ao despacho do ministro da Saúde que definiu as regras para a comissão reestruturar a rede de serviços de urgência.

“Será correcto que aquela comissão técnica de apoio ao processo de requalificação das urgências não tivesse podido elaborar um estudo de forma livre”, interroga ainda o deputado social-democrata.

No requerimento, com oito questões, Fernando Santos Pereira questiona igualmente a forma como Correia de Campos actuou em todo o processo: “será correcto o senhor ministro da Saúde condicionar um estudo que devia propor soluções e não arranjar respostas para uma decisão já tomada pelo senhor ministro?”.

“O estudo em causa não serve apenas para branquear a decisão já tomada pelo despacho ministerial”, questiona também o deputado social-democrata.

Fernando Santos Pereira alude ainda ao encerramento das urgências do Hospital de Barcelos, lembrando que o Ministério em 21 de Fevereiro de 2006, em resposta a outro requerimento seu, “disse que não estava previsto fechar à noite (logicamente, muito menos de dia) as actuais urgências”. – Fonte: G. Parl. PSD

Linha do Douro: PSD critica atrasos na electrificação do troço Caíde - Marco

O PSD vai questionar o Governo sobre os atrasos na modernização e electrificação da Linha do Douro entre Caíde e Marco de Canaveses, num requerimento ao Governo para saber porque se encontra parado aquele investimento, que classificará de “exemplo de investimento parado”, segundo anunciou na semana passada, o deputado social-democrata Jorge Costa, no final de uma visita de parlamentares do PSD ao concelho de Marco de Canaveses.



“O projecto está pronto desde 2004. Segundo a própria REFER, 80 por cento das expropriações necessárias já foram feitas. Já podia ter sido lançado o concurso para a realização desta obra fundamental para os concelhos desta região, numa altura em que tanto se fala da necessidade de incrementar o transporte ferroviário de mercadorias”, disse.

O projecto de modernização da linha do Douro está concluído entre Ermesinde e a estação de Caíde, troço em que a linha foi duplicada e electrificada, mas a beneficiação até Marco de Canaveses aguarda os resultados de um estudo de procura de tráfego.

Esta reavaliação foi confirmada há meses pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, aos presidentes das câmaras do Marco de Canaveses e de Amarante, recebidos pelo governante no âmbito da Comunidade Urbana do Tâmega.

Com cerca de 15 quilómetros, a electrificação do troço Caíde-Marco de Canaveses tem um custo estimado em 75 milhões de euros, montante em que se inclui o desnivelamento das passagens de nível.

A electrificação da linha a montante de Caíde permitiria estender os comboios suburbanos até ao Marco de Canaveses e duplicar a oferta de transporte ferroviário entre o Baixo Tâmega e o Grande Porto.

Jorge Costa criticou ainda o facto de já ter sido lançado concurso para a eliminação de passagens de nível em Marco de Canaveses sem que o Governo tenha assinado o contrato de consignação com o vencedor.

“Suspeitamos que o Governo não adjudica a obra devido à circular da Direcção Geral do Orçamento que aconselha cortes no investimento público para controlar o défice”, disse.

Na sua deslocação a Marco de Canaveses, os parlamentares do PSD criticaram ainda a ausência de acessos rodoviários do baixo concelho à A4, nomeadamente devido aos atrasos na construção do IC 35, “para o qual a câmara já apresentou duas soluções”, disse Jorge Costa.

O deputado manifestou ainda a sua preocupação pelo facto de 200 mil pessoas do concelho, correspondentes a 40 por cento da população, não disporem de médico de família, “um número que deverá aumentar para pelo menos 25 mil porque dois clínicos do centro de saúde vão sair nos próximos tempos”.

– Fontes: Lusa e pesquisa PL, fotos arquivo



Intervenção sobre os aumentos das taxas da ADSE

Deputado Agostinho Branquinho
Assembleia da República, 4 de Outubro de 2006

(...)

Um milhão de portugueses vai passar a pagar mais impostos, dentro em muito breve, sendo certo que, desses, 250 mil são reformados.

Os aumentos das taxas da ADSE, aplicadas aos 750 mil funcionários públicos e aos 250 mil reformados da função pública, anunciados agora pelo Governo, significam, na prática, um novo aumento de impostos, uma receita que nas contas do próprio Executivo se eleva a 104 milhões de euros.

De acordo com a propaganda governamental, explicitada pelo Ministro das Finanças, é – e cito – “injusto serem todos os portugueses a pagar o sistema de saúde especial dos funcionários públicos”. Ora, com estas afirmações, o Ministro das Finanças procura encontrar mais um “bode expiatório” para os resultados negativamente dramáticos da Execução orçamental deste ano.

Segue o Governo, uma vez mais, a lamentável estratégia de colocar uns portugueses contra os outros, para assim impor o seu ponto de vista.

O verdadeiro problema com que este Governo está confrontado é que, no final do passado mês de Agosto, na Execução Orçamental, o indicador da Despesa Corrente estava já 1,6 vezes acima do objectivo previsto no Orçamento de 2006, ou seja, em vez de se situar em 1,5% encontrava-se já em 2,4%. Perante isto, o objectivo de cumprimento do défice orçamental para este ano (4,6% do PIB) e, sobretudo, o do próximo ano (3,7% do PIB), só será possível atingir à custa da paralisação abrupta do investimento, da captação extraordinária de receitas e do lançamento de mais impostos, taxas e outro tipo de contribuições que os Portugueses vão ter que pagar, nos próximos meses.

E isto tudo porquê?

(...)

Porque a política orçamental deste Governo é errada, como há largos meses vimos denunciando. A política do Governo para combater o défice orçamental passa, quase só e apenas, pelo aumento da receita – só no seu primeiro ano de mandato, o Governo socialista aumentou nove impostos – e não pelo combate à enorme despesa relacionada com a máquina do Estado. A verdade é que a despesa com o aparelho do Estado continuou e continua a crescer. O Estado, esse, com o Governo socialista não pára de engordar. E para que o objectivo do défice seja cumprido, o Governo lança mão do aumento de impostos e de

contribuições e dos cortes cegos no investimento público.

Para este ano de 2006, o Governo socialista orçamentou para o investimento público 700 milhões de euros. Pois, os dados da Execução orçamental referentes ao mês de Agosto também são vergonhosos: menos de um terço, ou seja, 218 milhões de euros, foi o valor do investimento público realizado. Ou seja, o valor mais baixo dos últimos seis anos. E para agravar ainda mais a situação económica do País, com consequências graves no crescimento económico e no emprego, uma directiva do Ministério das Finanças, do mesmo mês de Agosto, “congela” os investimentos públicos a realizar no último quadrimestre do ano em curso, o que prenuncia que, no final do ano, o volume de investimento público não deve andar longe daquilo que foi o valor apurado no final do segundo quadrimestre - ou seja, repito, menos de 1/3 do orçamentado.

Propaganda à parte, é esta a retoma a que os portugueses estão, de facto, sujeitos.

(...)

Por mais propaganda que o Governo utilize, os dados financeiros existentes são muito claros: há um evidente aumento da despesa de funcionamento da máquina do Estado que até uma boa execução da receita, não consegue cobrir, o que implica, nos meses mais próximos, cortes e mais cortes no investimento público e um novo aumento dos impostos, qualquer que seja a forma prática que venha a ser assumida.

O Governo só corta onde é aparentemente mais fácil mas não o faz onde verdadeiramente o deveria fazer. Aliás, convém perguntar ao Governo, uma vez mais, onde pára o PRACE – o programa que a propaganda governamental vendeu como tendo como objectivo a reestruturação da Administração Central e que o Conselho de Ministros se comprometeu a arrancar em 30 de Junho passado e que até ao momento não passou do papel. Não há uma única nova Lei Orgânica aprovada, ou seja, não há uma única medida concreta de redução da despesa de funcionamento da máquina do Estado Central em aplicação no terreno.

Já agora e a propósito de mais promessas não cumpridas e da matéria de remuneração dos funcionários públicos, nomeadamente quanto à questão da suspensão das progressões



automáticas, convém dizer, de forma muito clara, que o Primeiro-Ministro não está a assumir os compromissos que enunciou, aqui, no Parlamento, em Maio do ano passado.

No discurso que então aqui proferiu, em 25 de Maio de 2005, o Primeiro-Ministro, José Sócrates, afirmou que aquela suspensão das progressões automáticas ocorreria, apenas, até ao final de 2006. Pois bem, esta manhã, ficamos todos a saber que o Primeiro-Ministro, mais uma vez, faltou à verdade, não honrou os compromissos assumidos neste Parlamento, dado que o Governo anunciou, hoje, que aquela “medida excepcional” – palavras do Eng.º José Sócrates – será, afinal, estendida ao ano de 2007.

Aquilo que o Governo socialista faz é engordar, de uma forma despidorada, a receita, onde se inclui agora mais este imposto, à custa dos funcionários públicos. Com suprema hipocrisia, e não hesitando em recorrer ao embuste. E sobre essa matéria, impõe-se perguntar ao Ministro das Finanças se a verba obtida com este aumento das contribuições dos funcionários públicos para a ADSE – os tais 104 milhões de euros – é para evitar a injustiça de os outros portugueses estarem a pagar esta despesa, onde está, então, a correspondente diminuição de encargos no outro lado?

Qual é o montante da redução das contribuições dos não funcionários públicos? É claro que não há redução nenhuma. O que há é hipocrisia e mentira política descaradas, pela parte do Governo.

(...)

Todos sabemos que a propaganda tem os seus limites. E por muito que este Governo diga que a situação financeira do País está a melhorar, os dados oficiais que são conhecidos demonstram exactamente o contrário.

Mas, mais grave: os indicadores que poderiam permitir vislumbrar uma situação mais favorável, nos próximos meses – os relacionados com o investimento –, vão, infelizmente, em sentido contrário.

A verdade crua é que o **investimento privado** cai há seis trimestres consecutivos, apesar da propaganda governamental ter anunciado, nos últimos meses, um total de novos investimentos superior a 19 mil milhões de Euros. Dito de outra forma, **o Governo meteu o investimento privado na gaveta**. Por seu turno, o **investimento público**, como anteriormente referimos, tem a pior taxa de execução orçamental dos últimos seis anos. Menos de 1/3 do que o próprio Governo previu. Trata-se de uma opção política. **O Governo optou pela despesa corrente e congelou o Investimento Público**. E no que ao **investimento estrangeiro** concerne, o que a propaganda dos anúncios dos mega-investimentos procura esconder é que ele tem vindo a cair há 15 meses consecutivos. De facto, **o investimento estrangeiro está mesmo no estrangeiro**.

(...)

Tudo isto é demasiado sério porque o que está em causa é o crescimento económico do nosso país. Ao contrário do País Virtual que o Governo Socialista procura fazer crer, o País real está a empobrecer, estamos a divergir da Europa e os Portugueses merecem ter um País mais rico e uma sociedade mais justa.

Infelizmente para os portugueses, o que não tem nada de virtual são os aumentos dos impostos e o aumento da despesa do funcionamento da máquina do Estado.

É esta a verdadeira política económica do Governo. Mais receita, sempre mais receita, para tentar saciar um aparelho de Estado que verdadeiramente o Governo não quer, nem tem coragem de reformar.

(...)



Intervenção sobre a alteração do Código da Publicidade no sentido da regulação da publicidade a produtos alimentares na televisão dirigida a crianças e jovens.

Deputado José Raúl dos Santos
Assembleia da República, 06 de Outubro de 2006

(...)

No que se refere aos propósitos proclamados na exposição de motivos da iniciativa legislativa hoje em discussão, não subsiste grande dúvida sobre o seu acerto e mesmo pertinência, pelo que o PSD não pode deixar de emitir um juízo de concordância genérica com os mesmos.

Consideramos, de facto, que uma alimentação saudável é essencial à vida e ao crescimento e contribui para um maior estado de saúde e de bem estar do indivíduo.

A obesidade é uma doença crónica que atinge homens e mulheres de todas as etnias e de todas as idades e requer estratégias de longa duração para a sua prevenção e gestão efectivas.

Aliás, trata-se de um problema que se tende a agravar nas nossas sociedades, como recentemente o demonstrou a Comissão Europeia quando divulgou os resultados de uma consulta pública sobre alimentação e actividade física.

Essa consulta permitiu concluir que, e cito, «Cerca de 27% dos homens e 38% das mulheres são considerados hoje em dia obesos na Europa».

E, de acordo com os números divulgados no mesmo documento, 14 milhões de crianças europeias sofrem com o excesso de peso e mais de três milhões são obesas. O número de crianças com excesso de peso aumenta na ordem dos 400.000 por ano.

De resto, entre nós, ainda segundo a Comissão Europeia, um terço das crianças entre os 7 e os 11 anos sofrem de excesso de peso.

(...)

O PSD considera que o direito a uma alimentação suficiente, segura e saudável íntegra, indiscutivelmente, uma das vertentes do direito à protecção da saúde, que o artigo 64.º da nossa Lei Fundamental consagra.

Assim, consideramos existir o direito de exigir do Estado, ou de entidades terceiras, que se abstenham de actos que concorram para prejudicar a saúde das pessoas.

Neste contexto, não podemos

ignorar o importante papel que a televisão, entre outros meios de comunicação social, desempenha enquanto transmissor de informação e de conteúdos às crianças e jovens, designadamente a nível da publicidade.

Ainda recentemente, um estudo de uma importante associação de defesa do consumidor, concluiu que, durante a programação infantil, a categoria de produtos mais publicitada é a dos bolos e chocolates, alimentos ricos em açúcar e gordura.

E a verdade é que a publicidade televisiva tem ementas recheadas de chocolates, cereais com açúcar, bolos, bolachas e “fast-food”, produtos pouco interessantes numa dieta saudável, sobretudo quando o público-alvo são crianças.

É certo que o nosso Código da Publicidade estatui, no seu artigo 14.º, que a publicidade especialmente dirigida a menores deve ter sempre em conta a sua vulnerabilidade psicológica, abstendo-se nomeadamente de incitar directamente os menores, explorando a sua inexperiência ou credulidade, a adquirir um determinado bem ou serviço.

Esta norma deveria ser suficiente, no quadro da auto-regulação dos agentes económicos envolvidos na produção e publicidade de produtos para crianças e jovens, para assegurar uma adequada protecção desse público mais vulnerável.

E sê-lo-ia certamente se as entidades fiscalizadoras da actividade de publicidade exercessem adequadamente as suas competências e zelassem efectivamente pela protecção dos direitos dos menores, também em matéria de publicidade a alimentos.

Quanto ao Governo, pouco se tem visto sobre medidas efectivas e consistentes que combatam, no terreno, as causas da obesidade infantil e nos adolescentes.

É mesmo penoso recordar as declarações do Senhor Ministro da Saúde quando este governante, em Maio de 2005 – já lá vai quase ano e meio –, declarava publicamente, num seminário sobre obesidade infantil, que a obesidade infantil era, e cito, “um problema que deve envolver todos os

ministérios, tendo em conta as suas múltiplas causas” e que “A Saúde enquanto pasta, deve empenhar-se na resolução deste problema mas também a Educação, a Indústria, o Comércio e a Economia”.

Nessa altura, em Junho de 2005, também o Senhor Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor comungava do espírito visionário do Ministro da Saúde, afirmando, na abertura do congresso da Federação Europeia de Publicidade Exterior, que “Uma das prioridades deste Governo é a de reforçar a fiscalização da publicidade dirigida às crianças na televisão, sobretudo no que se refere à publicidade a produtos alimentares, na tentativa de promover hábitos de alimentação saudável e prevenir a obesidade.”

(...)

Em 2004, reconhecendo a gravidade do problema de Saúde pública que a obesidade já então representava, o então Governo, liderado pelo PSD, classificou a obesidade como uma doença crónica e instituiu o penúltimo sábado do mês de Maio de cada ano como o Dia Nacional de Combate à Obesidade.

Nesse mesmo ano, o executivo fez também definir e propor os critérios considerados pertinentes, relativamente aos doentes a serem admitidos para cirurgia da Obesidade no âmbito do PECIAL.

Foi ainda no anterior Governo que foi aprovado o Programa Nacional de Intervenção Integrada sobre Determinantes da Saúde Relacionados com os Estilos de Vida.

Mas, para além do Plano Nacional de Saúde 2004-2010, aprovado também no tempo dos Governos liderados pelo PSD, foi em 28 de Janeiro de 2005 que o então Ministro da Saúde aprovou um programa específico, o Programa Nacional de Combate à Obesidade, instrumento que se considerou fundamental para o sucesso do combate a esta doença.

Como objectivo geral, o Programa visa contrariar a taxa de crescimento da prevalência da pré-obesidade e da obesidade em Portugal.

As principais estratégias de intervenção deste Programa de Combate à Obesidade são as seguintes:



§ Produzir e divulgar orientações técnicas sobre prevenção e tratamento da pré-obesidade e da obesidade, dirigidas a profissionais de saúde, medida que deve ser concluída até ao final de 2006;

§ Planear, criar e desenvolver consultas hospitalares de obesidade para doentes com Obesidade, medida que deve ter sido concretizada desde Janeiro de 2006;

§ Planear, criar e desenvolver serviços hospitalares de cirurgia bariátrica, medida que deve ter sido concretizada desde Outubro de 2005.

§ Elaborar proposta de listagem de fármacos e de suplementos alimentares, a serem sujeitos a um regime de participação especial, para o tratamento da obesidade, medida que deve ser concluída até 30 de Junho de 2006.

§ Promover, junto das entidades competentes, a criação de condições para a disponibilidade de refeições equilibradas, sob o ponto de vista energético, nos locais de trabalho e nos estabelecimentos de ensino, medidas que devem ser concretizadas no primeiro semestre de 2007.

Decorridos quase dois anos desde a aprovação do Programa Nacional de Combate à Obesidade, deve agora o Governo dar conta aos Portugueses sobre a execução deste importantíssimo instrumento de política governativa.

(...)



Intervenção sobre a alteração do cartão do cidadão

Deputado Luis Montenegro

Assembleia da República, 4 de Outubro de 2006

(...)

Todos estamos interessados e todos sabemos, em primeiro lugar, que se torna cada vez mais necessário concretizar a identificação civil dos cidadãos através dum documento seguro, durável, fiável e de uso fácil, mas que evite adulterações ou falsificações. Ao mesmo tempo um documento que se coadune aos requisitos comunitários e internacionais de identificação das pessoas, harmonizando sistemas e facilitando a livre circulação e movimentação.

Por outro lado, os avanços tecnológicos e a consecução duma eficaz modernização administrativa, patente quer nos procedimentos da Administração quer na sua relação com os cidadãos, impõem que, preparado o respectivo "Back Office" e consideradas as questões constitucionais e legais prementes, se aproveite este passo para facilitar a vida às pessoas.

Daí, compreendermos e acompanharmos a possibilidade de integração num só documento, de forma individualizada e sem cruzamento de dados, as identificações previstas e até outras que futuramente se possam igualmente considerar, como a carta de condução e a identificação eleitoral.

Contudo, não podemos deixar de reiterar que a opção concreta de implementação do cartão do cidadão deve respeitar as garantias e os direitos constitucionalmente consagrados e consubstanciar uma solução que não deixe dúvidas aos cidadãos que as técnicas e a operacionalidade do mecanismo não colide com a sua privacidade, protegendo o conhecimento dos dados dos próprios pelo próprios e evitando o acesso ilegal por terceiros.

(...)

Esta matéria é demasiado séria e sensível para ser apreciada com demagogias ou habilidades.

Hoje, como ontem, exige-se responsabilidade máxima, ponderação e adequação das medidas a critérios de oportunidade e operacionalidade.

O PSD encara esta proposta com espírito positivo, sem complexos e com conhecimento da evolução do processo que foi lançado em 2001.

(...)

A presente proposta visa criar um cartão de identificação múltipla que



incluiu uma zona específica destinada a leitura óptica e incorpora um circuito integrado (*chip*), que, além do certificado relativo à identificação electrónica, de activação imediata com a entrega do cartão, pode conter, por vontade do respectivo titular, o certificado para a assinatura electrónica e uma zona destinada a arquivar informações pessoais.

(...)

O PSD já disse, noutras ocasiões, que a ideia, em si mesma, de criação de um cartão do cidadão não deve ser desprezada.

Trata-se, todavia, de uma medida que, pela sua complexidade e melindre ao nível dos direitos fundamentais, não se compadece com inusitadas pressas.

Bem sabemos que o Senhor Ministro de Estado e da Administração Interna já anunciou publicamente que o novo cartão do cidadão arrancará como projecto-piloto nos Açores no final de 2006 e que a sua emissão em território nacional começará de forma faseada a partir de Julho do próximo ano.

É um prazo demasiado ambicioso. Por nós, seremos colaboradores mas, senhor Ministro, esta Proposta de Lei só agora deu entrada na AR e só foi distribuída na 1ª Comissão há uma semana e a ponderação do Parlamento não pode ser atropelada pelo calendário político do Governo.

De resto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados não pôde pronunciar-se, como seria desejável, antes deste debate.

Este facto assume especial relevância se tivermos em conta que o parecer que a CNPD emitiu sobre o texto do anteprojecto desta Proposta de Lei foi em sentido negativo, suscitando, do ponto de vista

constitucional, fundadas dúvidas.

Considerou a CNPD que "*Parece ser evidente que o número de documento e de cartão previstos no artigo 17º não impedem o aparecimento de um número único*". Mais refere que "*parece que o número de documento poderá desempenhar esse papel – o de número único atribuído a um cidadão titular desse cartão*".

É, pois, no mínimo, prudente analisar a conformidade constitucional do disposto no artigo 17º da Proposta de Lei em face do preceituado no n.º 5 do artigo 35º da Constituição, que consagra a proibição de atribuição de aos cidadãos de um número nacional único.

(...)

Segundo a Proposta de Lei, o cartão do cidadão é obrigatório para todos os cidadãos nacionais, residentes em Portugal ou no estrangeiro, a partir dos seis anos, mas o processo de atribuição generalizada do cartão será concretizado progressivamente: só será obrigatório nas áreas onde existam serviços de recepção instalados, o que será definido por portaria, e à medida que os cidadãos necessitarem de pedir a emissão ou a renovação do bilhete de identidade.

Prevê-se ainda que a execução dos pedidos de emissão, actualização e substituição do cartão de cidadão envolverá sucessivas ligações, em separado, com cada uma das bases de dados que permitem a confirmação ou a geração dos números de identificação civil, fiscal, de utente dos serviços de saúde e de beneficiário da Segurança Social.

Não é permitida a interconexão ou cruzamento de dados entre os serviços envolvidos, pelo que cada serviço tem apenas acesso à sua base de dados.

Há, depois, um conjunto de matérias específicas, como os modelos oficiais e exclusivos do cartão ou os requisitos técnicos e de segurança a observar na captação da imagem facial e das impressões digitais, que a Proposta de Lei remete o respectivo tratamento para regulamentação por portaria.

Nesta sede não se pode, todavia, deixar de alertar, na esteira da CNPD, para a insuficiência das informações disponíveis sobre as especificidades técnicas contidas ou subjacentes à Proposta de Lei.

E é, no mínimo, assustador o seguinte aviso deixado pela CNPD: "*É aberta a possibilidade de recorrer à tecnologia por Radiofrequência, o que poderá possibilitar o acesso indevido aos dados constantes no chip do cartão, ainda que encriptados. Ora, se por um lado se estabelece a proibição de retenção, por outro potencia-se a faculdade de, sem que o utilizador do cartão se aperceba, todos os elementos serem acedidos indevidamente*".

Julgo que estas questões não devem ser desprezadas e o seu aprofundamento não deve ser condicionado pelos calendários políticos da maioria.

Em jeito de balanço final, podemos dizer que acompanhamos a bondade desta Proposta de Lei, mas concentramos-nos, no seguimento do processo legislativo, na garantia da observância das normas constitucionais em matéria de protecção de dados pessoais informatizados e na segurança das opções técnicas utilizadas porque o cartão do cidadão deve constituir um benefício e não um prejuízo para o cidadão.

Uma última palavra para me referir ao Projecto de Lei n.º 98/X, do PS, que "*Altera o Código do Registo Civil e revoga o Decreto-Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro*", que à última hora foi agendado a reboque.

Atendendo à evidente contingência de tempo para se proceder a uma análise detalhada desta iniciativa, parece-nos, no entanto, que se trata de um contributo positivo para evitar entre nós fenómenos como a venda de crianças, já que o que se pretende, com este projecto de lei, é garantir a veracidade das declarações de nascimento, evitando que o registo de nascimento seja feito por pessoas que não os respectivos progenitores. Naturalmente que estamos disponíveis para trabalhar melhor esta iniciativa em sede de especialidade.

(...)



Intervenção sobre a derrogação do sigilo bancário para efeitos do combate à fraude e à evasão fiscal

Deputado Paulo Castro Rangel
Assembleia da República, 6 de OUTUBRO de 2006

“Uma Lei Discriminatória e Persecutória”

1. O dia de hoje passará para os anais desta Assembleia como uma “página negra” na história do Estado de Direito em Portugal.

Insisto e repito, para que não sobeje qualquer dúvida: uma “página negra” para o princípio do Estado de Direito.

2. A pretexto de melhorar o combate à fraude e à evasão fiscal, o Governo adianta a seguinte medida:

“sempre que um cidadão conteste uma decisão do fisco, porque a considera errada ou ilegal e, em consequência, exerça o seu direito de reclamação administrativa ou de impugnação judicial, a administração fiscal pode, sem mais e só por isso, levantar o segredo bancário”.

3. Trata-se, do ponto de vista das garantias dos cidadãos, de uma medida intrinsecamente discriminatória e intimidatória, que viola ostensivamente o princípio da proporcionalidade.

Trata-se de uma lei inaceitável, de uma lei intolerável, para recorrer à expressão do homem da revolução americana perante a “opressão e repressão fiscal” do Parlamento inglês.

4. Não pode em caso algum admitir-se que quem contesta uma decisão do Estado, só porque o faz

– fazendo-o, sublinhe-se, através dos meios próprios e legítimos –, perca um direito, tenha um estatuto “diminuído” ou “desguarnecido”, passe a sofrer de uma “capitis diminutio”.

O direito de reclamar, de recorrer ou até de agir em tribunal contra o Estado

– e de o fazer, sem, com isso e por isso, sacrificar vantagens ou padecer sanções – é uma garantia sagrada de qualquer Estado de Direito.

A colocação dos contribuintes que recorrem de decisões fiscais numa situação de “vigilância reforçada” é própria – não de uma democracia – de um estado policial.

A criação de um mecanismo de coacção fiscal do tipo “não te queixes, senão investigamos-te” equivale à consignação de uma “suspeita fundada” e de uma “presunção de culpa” – não, como seria mister, de um princípio de inocência.

Numa palavra, quem reclame de um acto tributário, porque o julga

injusto, errado ou ilegal – e apenas por usar reclamar – passa agora a estar sujeito a um regime iníquo de “coacção” ou “chantagem” fiscal.

5. De resto, a experiência mostra abundantemente que a administração se engana, erra, comete ilegalidades e perpetra injustiças.

Situações de erro e de ilegalidade que, aliás, têm até sido potenciadas pela inusitada pressão da máquina fiscal para a arrecadação de tributos a todo o transe e vapor.

Administração que, com a nova lei, pode até sentir-se tentada a enganar-se para, gerando reclamações e impugnações, desvendar e pôr a nu segredos...

6. É que, (...) – ao contrário do que o Governo pretende fazer crer – o direito à r e c l a m a ç ã o

administrativa e à impugnação jurisdicional não tem nada a ver com a fraude e a evasão. Não existe uma relação provada ou plausível entre o impulso cidadão para a reclamação e a subsistência de situações de fraude ou de evasão.

Tanto mais que é sabido que a tendência dos que enganam o fisco será sempre e logicamente para não reclamar e não impugnar – pois isso faz recair as atenções sobre a sua situação específica.

Se se consegue fugir ao fisco ou enganá-lo, vai reclamar-se ou impugnar-se para quê? Para dar nas vistas, para chamar a atenção das autoridades?

E, do outro lado, são milhares e milhares os cidadãos que legitimamente reclamam por erro, por violação da lei ou com base num entendimento legal divergente das “finanças”. Sobre eles não pode nem deve impender um estatuto menorizado e o consecutivo anátema da fuga ou da fraude.

7. Importa, porém, notar que a



rejeição sumária desta proposta e da sua ética persecutória nada tem que ver com a questão da “agilização” do levantamento do sigilo bancário e do combate à evasão e fraude tributárias.

O PSD, que rejeita e condena esta proposta, está profundamente empenhado na luta contra a fuga aos impostos e, por isso, por isso mesmo e só por isso, o volta a apresentar o seu projecto de lei sobre derrogação do sigilo bancário.

Projecto que já apresentou na sessão legislativa passada e que, sem intuítos intimidatórios e policiais, sem discriminação inconstitucional entre contribuintes, vem facilitar a actuação da administração fiscal sempre que haja indícios de fraude e de evasão tributárias.

O PSD apresenta este projecto, com total abertura para acolher os contributos dos restantes grupos parlamentares, desde que eles possam aumentar a eficácia da luta contra a fraude e a evasão e reforçar a garantia dos contribuintes.

O PSD apela, pois, à

sensibilidade cívica e democrática dos Deputados do PS para, num espírito construtivo, colaborarem na fixação de um novo regime, que trata igualmente todos os cidadãos, conservando incólume o seu mais elementar direito: o direito ao protesto e à indignação, o direito à reclamação e à impugnação.

O que vai mal na proposta do Governo não é pois o levantamento do sigilo: o que vai mal é o regime exclusivo de levantamento para aqueles que reclamam, única e justamente porque se atreveram a reclamar.

Um sistema de acesso livre e irrestrito do fisco à informação bancária seria sempre mais justo e razoável do que o sistema de “perseguição” e “intimidação” previsto na dita proposta.

8. (...) O PSD prova aqui, uma vez mais, que está totalmente empenhado na guerra à fraude e evasão fiscais e que está disponível para contribuir para uma convergência em matéria de derrogação do segredo bancário – seguindo o exemplo de tantos e tantos parceiros europeus.

Mas o PSD, partido humanista, que se orgulha de sempre ter lutado pelos direitos fundamentais, pelo direito de acesso aos tribunais, pelo direito irrenunciável de contestar, graciosa ou contenciosamente, os actos de autoridade, não pode aceitar a proposta do Governo, a qual é irremediavelmente inconstitucional.

Nunca aceitaremos um regime jurídico e um código político em que se distingue entre os “cidadãos ordeiros e bem comportados” que de nada reclamam e os cidadãos “atrevidos e mal comportados” que contestam as decisões do fisco.

Nunca aceitaremos um regime jurídico que se traduz na máxima, perigosa para a democracia, perigosa para a liberdade: “quem contesta a Administração, é prejudicado”.

(...)



Intervenção sobre a Carta dos Direitos de acesso aos cuidados de saúde pelos utentes do Serviço Nacional de Saúde

Deputada Ana Manso
Assembleia da República, 04 de Outubro de 2006

(...)

Desde logo, apraz-me reconhecer que os propósitos proclamados na presente iniciativa são apreciáveis, direi mesmo necessários.

Porém, temos algumas dúvidas e reservas quanto à sua aplicação prática, dada a arrogância que caracteriza a actual política e o clima generalizado de instabilidade e desconfiança que impera na área da saúde.

Na verdade, todos consideramos vital que a prestação de cuidados de saúde aos utentes do SNS seja assegurada em tempo considerado **cl clinicamente aceitável** para a condição de saúde de cada utente.

Todos desejamos que os utentes do SNS **sejam informados com rigor** sobre o funcionamento dos estabelecimentos de saúde, bem como sobre as obrigações destes para garantir os seus direitos.

Porém, o que hoje importa determinar é se estes **apreciáveis propósitos** são alcançados com as medidas e os procedimentos previstos na presente iniciativa legislativa.

O Projecto de Lei em apreço pretende a fixação de tempos máximos de resposta garantidos e consagra o direito dos utentes a obter informação rigorosa sobre as obrigações dos estabelecimentos de saúde para garantir esses tempos, bem como o de recorrer à Entidade Reguladora da Saúde para salvaguarda dos seus direitos.

No que se refere ao primeiro aspecto, se **o utente não for atendido dentro do tempo de resposta que a instituição previamente garantiu**, alguém – parece que o hospital ou o centro de saúde – terá de pagar uma coima que pode ascender a 5 mil euros.

Em relação ao segundo aspecto, se **o utente não tiver a informação actualizada relativa aos tempos de resposta garantidos** para os diversos tipos de prestações e a informação no acto de marcação, a coima varia entre 1000 e 2500 euros.

Estas são as principais disposições contidas na presente iniciativa legislativa.



(...)

A iniciativa tem objectivos interessantes mas a sua aplicação reveste-se de algumas dificuldades que deverão, em nossa opinião, ser debatidas e ultrapassadas em sede de especialidade, mormente no que respeita às coimas.

Em boa verdade, não podemos esquecer quem são os verdadeiros e últimos responsáveis pelo mau funcionamento do sistema de saúde: o Governo e a sua política.

Acaso não é o Governo responsável pelos **investimentos ou desinvestimentos** em equipamentos e instalações na saúde?

Acaso não é o Governo responsável pela **política de abertura de concursos** e de afectação de recursos humanos nos serviços de saúde?

Acaso não é o Governo responsável pela **centralização e concentração dos serviços no litoral** e o abandono no Interior?

Acaso não é ainda o Governo o garante e principal responsável pela acessibilidade dos utentes ao Serviço Nacional de Saúde?

Todos sabemos que é!

A verdade é que, em ano e meio de governação socialista, temos um

Ministro que se multiplica em diatribes contra os serviços de saúde e os próprios profissionais do sector.

A verdade é que temos um Governo **economicista, autista e socialmente injusto** que continua a minar as instituições de saúde principalmente as do Interior, acelerando assim o seu processo de desertificação.

A verdade é que temos um Governo que, **incapaz de controlar a despesa corrente**, empurra os investimentos para a frente, cancelando, atrasando e adiando as construções dos novos hospitais ou as grandes remodelações dos velhos.

Temos um Governo que, de régua e esquadro em punho, **fecha maternidades, fecha urgências, desvitaliza e esvazia serviços, reduz horários de funcionamento, dificulta o acesso dos doentes, aumenta taxas e impõe novas taxas em cuidados onde estas nunca deveriam existir!**

E temos um Ministro da Saúde que diz, e cito, **“nunca vou a um SAP nem nunca irei!”**! Ficamos sem saber porquê... Será porque não tem confiança?

Temos um Ministro que cria **taxas de utilização** – já nem se atreve a chamá-las de taxas moderadoras – no internamento dos doentes e nas cirurgias em ambulatório, como se estivesse na vontade ou

disponibilidade dos doentes ficar mais alguns dias na cama de um hospital ou ficarem contentes com uma cirurgia!

Ainda recentemente, na semana passada um ex-alto responsável do Ministério da Saúde do Partido Socialista classificou as taxas sobre o internamento como, e cito, **“taxas de punição dos doentes”**, as quais apenas servem para, e cito novamente, **“pressionar o doente a pressionar o médico”** para que o internamento termine mais rapidamente.

Mas, esta semana os Portugueses tiveram mais más notícias ao ficarem a saber que o Governo vai mesmo **encerrar catorze urgências**, de norte a sul do País. As urgências dos hospitais de Curry Cabral, do Montijo, de Peso da Régua, de Macedo de Cavaleiros, de Vila do Conde, de Fafe, de Santo Tirso, de São João da Madeira, de Espinho, de Estarreja, de Ovar, de Anadia, do Fundão e de Cantanhede.

Isto, sem contar com todas as urgências que foram desclassificadas, isto é, diminuíram as valências e baixaram de categoria.

Perante este cenário, os Portugueses já se vão mentalizando que **qualquer dia terão de ir a Espanha** para serem atendidos numa urgência hospitalar polivalente, à semelhança do que sucedeu com as mulheres grávidas de Elvas.

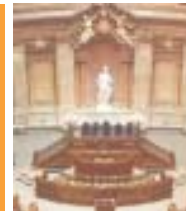
Em suma, **temos um Governo que desmotiva os profissionais, descredibiliza os serviços, baralha a opinião pública e inquieta os doentes com a sua incontinente e irreflectida política.**

Perante isto, Vossas Excelências, com esta iniciativa, juntam-se a nós e chamam mais uma vez a atenção para a ineficiência do sistema de saúde e da política que actualmente o sustenta.

...estamos disponíveis, em sede de especialidade, ter a oportunidade de discutir **quem deve ser responsabilizado** pelo não cumprimento dos tempos de resposta garantidos e quais as penalizações decorrentes.

Duma coisa temos a certeza: **quem pagará, a seu tempo, pelos erros políticos do Governo, serão os Portugueses e dentre estes, infelizmente, os que mais precisam.**

(...)



Requerimento ao Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Sobre a Marina do Parque das Nações

Deputado Pedro Quartín Graça

Requerimento aos Ministérios das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Trabalho e da Solidariedade Social
Saúde e segurança dos tripulantes da EuroAtlantic

Deputado Nuno da Câmara Pereira

Requerimento aos Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
Escada de peixe no açude-ponte sobre o Rio Mondego em Coimbra

Deputado José Manuel Ribeiro

Requerimento ao Ministério das Finanças
Garantias pessoais do Estado

Deputado José Manuel Ribeiro

Requerimento ao Ministério da Economia e da Inovação
Sobre queixas apresentadas no ano passado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Associação Portuguesa de Casinos contra a Liga Portuguesa de Futebol Profissional

Deputado Pedro Quartín Graça

Requerimento ao Ministro da Presidência
Banda de Música de Anadia - Declaração de Utilidade Pública

Deputado José Manuel Ribeiro

Requerimento ao Ministério da Saúde
Extensão do Centro de Saúde de Alenquer em Santana da Carnota

Deputado Duarte Pacheco

Requerimento ao Ministério da Educação
Plano Nacional de Leitura

Deputado Adão Silva

Requerimento ao Ministério da Saúde
Eventual encerramento do SAP de Sangalhos

Deputado José Manuel Ribeiro

Requerimento ao Ministério das Finanças
Edifício degradado, pertença do Património do Estado

Deputado Fernando Antunes

Requerimento ao Ministério das Finanças
Posto de atendimento de finanças de Vila das Aves

Deputados Miguel Santos, Jorge Costa, Agostinho Branquinho e Sérgio Vieira

Requerimento aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna
Sobre a grave situação que desde já se adivinha com o próximo início de emissão do novo passaporte electrónico português

Deputados Carlos Alberto Gonçalves, José Cesário e Carlos Páscoa Gonçalves

Requerimento ao Ministérios dos Negócios Estrangeiros
Sobre a "refundação" do Instituto Camões

Deputados Carlos Alberto Gonçalves, José Cesário e Carlos Páscoa Gonçalves

Requerimento ao Ministério da Educação
Reordenamento do parque escolar no distrito de Santarém

Deputados Vasco Cunha, Miguel Relvas e Mário Albuquerque

Requerimento ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
Candidaturas a reserva nacional do Regime de Pagamento Único (RPU)

Deputados Vasco Cunha, Miguel Relvas e Mário Albuquerque

Requerimento ao Governo
Sobre a restrição financeira por parte do Governo, à Região Autónoma dos Açores

Deputados Mota Amaral e Joaquim Ponte

Requerimento ao Ministério da Cultura
Sede da Sociedade da Língua Portuguesa

Deputados Emídio Guerreiro, Fernando Antunes, Pedro Duarte, Sérgio Vieira e Ribeiro Cristóvão

Requerimento ao Governo
Construção do novo Hospital de Braga

Deputados Emídio Guerreiro, Virgílio Costa, Jorge Pereira e Jorge Varanda

Requerimento ao Ministério da Saúde
Planos Municipais de Prevenção Primária das Toxicodependências

Deputados Ricardo Martins, Emídio Guerreiro e Carlos Miranda

Requerimento ao Governo
Cuidados continuados de Saúde

Deputados Regina Bastos e Carlos Miranda

Requerimento ao Governo
Novo Centro de Saúde de Queluz

Deputados Regina Bastos e Carlos Miranda

Requerimento ao Governo
Serviço de Atendimento Permanente na Mealhada

Deputados Regina Bastos e Carlos Miranda

Requerimento ao Governo
Hospital da Nossa Senhora da Graça em Tomar

Deputados Regina Bastos e Carlos Miranda

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 11 DE OUTUBRO de 2006, 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Discussão conjunta:

Proposta de Lei n.º 92/X (GOV)

Projecto de Lei n.º 312/X (PCP)

Projecto de Lei n.º 319/X (BE)

(Aprova a Lei das Finanças Locais, revogando a Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto)

Proposta de Lei n.º 90/X (GOV)

(Aprova o regime geral das taxas das autarquias locais)

Proposta de Lei n.º 91/X (GOV)

(Aprova o Regime Jurídico do Sector Empresarial Local, revogando a Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto)

QUINTA-FEIRA, DIA 12 DE OUTUBRO de 2006, 15.00H

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate de urgência, requerido pelo GP/PSD

(Sobre a decisão governamental da suspensão brutal de adjudicações, de autos de mediação e de pagamentos em obras públicas, para os últimos quatro meses do corrente ano)

Proposta de Lei n.º 78/X (GOV)

(Aprova o Regulamento de Fiscalização da Condução Sob Influência do Álcool ou de Substâncias Psicotrópicas)

VOTAÇÕES às 18h00

SEXTA-FEIRA, DIA 13 DE OUTUBRO de 2006, 10.00H

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate de interesse relevante, requerido pelo GP/PSD

Sobre a preparação do futuro Quadro de Referência Estratégico Nacional - QREN)

Projecto de Resolução n.º 140/X (PSD)

(Estratégia nacional de aplicação dos fundos estruturais da União Europeia -2007-2013)

Proposta de Carlos Coelho sobre o Sistema de Informações de Schengen aprovada por esmagadora maioria pela Comissão de Liberdades, Segurança e Justiça do Parlamento Europeu

Os Deputados da Comissão de Liberdades Públicas, Justiça e Assuntos Internos deram hoje um claro sinal de que o Parlamento Europeu quer chegar a acordo com o Conselho, em primeira leitura, na legislação que permitirá o acesso mais rápido ao Espaço Schengen por parte dos novos Estados-Membros. Os Deputados aprovaram um conjunto de propostas legislativas do Relator Carlos Coelho que alteram a proposta inicial da Comissão Europeia relativamente à arquitectura institucional do SIS II (Sistema de Informações de Schengen - 2ª geração).

Esta manhã as propostas apresentadas pelo Deputado português Carlos Coelho, que correspondiam a um total de mais de 300 alterações às três propostas da Comissão, foram aprovadas pela esmagadora maioria dos Deputados presentes, o que indica que a sua aprovação terá lugar em sessão plenária ainda em Outubro. De salientar que se tratam de dois regulamentos em matéria de Co-decisão (necessita de acordo do PE e do Conselho) e outra em processo de Consulta (em que o PE é apenas consultado).

Pela urgência e pela delicadeza do tema, na qualidade de Relator do Parlamento Europeu para esta matéria Carlos Coelho recusou o procedimento legislativo ordinário que passaria por várias leituras do PE e do Conselho e optou por negociar directamente com o Comissário Frattini e com a Presidência da União os textos a aprovar. Deste modo poupou-se um ano de processo legislativo que atrasaria significativamente a entrada em Schengen dos dez novos Estados-Membros.

Em declarações à saída da votação Carlos Coelho estava claramente satisfeito e fez "votos para que agora nenhum Estado-Membro impeça a aprovação no Conselho da proposta acordada pois esta é uma matéria que requer a unanimidade dos 25".

O Sistema de Informações de Schengen (SIS) é o sistema de partilha de informação que garante a todas as entidades policiais dos Estados-Membros, que fazem controlo nas fronteiras externas da União, o acesso à mesma informação. É este sistema que permite, com a abolição das fronteiras internas da UE, que haja um alto nível de segurança nas fronteiras externas da União Europeia.

Esta segunda geração do SIS vem permitir que os dez novos Estados-Membros possam integrar este sistema e assim integrar o espaço Schengen.

Com esta segunda geração do SIS os níveis de segurança são claramente reforçados, pois passam a estar incluídos neste sistema os dados Biométricos (fotografia e impressão digital) que até aqui não constavam do sistema. Com esta alteração garante-se maior segurança, pois será verificável com maior rigor a identidade do portador de qualquer documento de identificação, combatendo-se a utilização de documentos roubados ou falsificados.

Outra das principais novidades deste sistema prende-se com a possibilidade de existir uma interligação de alertas de várias origens. Com a utilização de novas tecnologias e ferramentas informáticas muito potentes, será possível dar mais "informação inteligente" aos agentes policiais, possibilitando um melhor combate ao terrorismo, ao tráfico de seres humanos e ao crime organizado. Até agora não era possível, mas com o SIS II será fácil às polícias relacionar alertas de diferentes proveniências sobre o mesmo indivíduo ou objecto procurado.

Com um espaço comum cada vez mais alargado sem fronteiras internas, surge como um dos grandes desafios da União Europeia o esforço de controlar cada vez melhor as suas fronteiras com o exterior. Este sistema é um avanço determinante nesse desafio.

Estrasburgo, 5 de Outubro de 2006
Para mais informações contacte:
Duarte Marques
Telem. 0032 477 287 239
email: duarte.marques@europarl.europa.eu



“Gabinete sombra” manda em tudo...

Fernando Cruz Gomes (*)

Portugal está numa fase em que vale tudo... até tirar olhos, se for caso disso. É uma fase que vai passar, certamente, faltando saber, apenas, o que haverá depois da onda grande se ir embora. É que a coerência das coisas, a vivência sã das pessoas... estão a ser cada vez mais chão que deu uvas. Vale tudo. O Governo, então, vai dando exemplos sobre exemplos ao Povo que o elege. Exemplos de como se deve meter os pés pelas mãos.

Esta semana, eu que ainda tenho o feio hábito de pensar, dei comigo a espiolhar uns quantos temas que se me afiguravam dignos de um relatório aturado. Dei comigo a pensar, em suma, que é algo que muitos já não fazem e melhor fora, talvez, eu também já não fazer.

Há, de facto, toda uma série de reformas. Algumas levadas a bom porto (muito poucas) e outras a ficarem, desde logo, encalhadas no mar da... palha, que só o não é pelo facto do nome já estar dado.

E depois ninguém tem a coragem de dizer que tudo entra no reino mesquinho do deve e haver nacional, imposto pela União Europeia, ou decretado nos arraiais do Poder Central bem português. Desde o início, o sr. Sócrates disse que era princípio diminuir o défice. Que se gastava mais do que se ganhava (entenda-se... recebia de impostos). Que era preciso cortar... cortar... cortar...

E vai daí começaram os cortes. Pois... mas ninguém disse mais nada acerca desses mesmos cortes. Passamos foi a ouvir dizer coisas sem nexos se as ligarmos à decisão de cortar despesas.

Não se fecham maternidades para cortar despesas. Aparecem logo os ministros e secretários de estado, à compita, a dizerem que se fecham as maternidades, sim, mas é para dar mais qualidade ao serviço. Que as parturientes não tinham condições em várias maternidades, etc. Que não é assim tão mau ir nascer ali ao lado. Nada de dinheiros, claro.

Não se fecham escolas, algumas delas vindas do tempo da outra senhora... para poupar dinheiro. Fecham-se, isso sim, para dar mais força ao ensino em Portugal. Para fazer com que os meninos e meninas aprendam mais. Nada de dinheiros, também.

E tudo assim... num fartote que poderia bem ser ampliado. Nas férias judiciais. Nas reformas. No aumento das polícias... saem aumentar os salários. Um fartote, que chega a dar a ideia – ao comum dos mortais – que há um Gabinete sombra (não da Oposição, que essa também foi chão que deu uvas...) para estudar todas as coisas e dar aos ministros e quejandos a cartilha do que se deve dizer e, vá lá, dizer e fazer quando o homem grande-pequenino que trabalha em São Bento decreta quanto é que se tem de cortar em cada Ministério. Aí entra o tal gabinete sombra a gizar planos e a adequar políticas ao deve e haver. E a ensinar como se doura a pílula...

No caso das reformas dos funcionários – mais tempo para atingir as ditas cujas – a coisa funcionou com um mínimo de transparência. Disse-se mesmo o que se queria. Que se não alterássemos o sistema... não havia reformas para ninguém, daqui a uns tempos. Pois... mas como o gabinete sombra não deve ter funcionado, ficou assim uma coisa meio chocha. É que os funcionários fizeram um contrato com o Governo, quando iniciaram a actividade. Mudar-lhe as regras a meio do caminho – ou a três quartos do caminho, que para o caso é o mesmo... – é como se num jogo de futebol, o árbitro, a meio do desafio, apitasse, de repente, e dissesse que “agora... já se pode meter golo com a mão”. Se o candidato a reformado iniciou a sua vida pública a pensar que aos 60 se ia reformar e aparece agora o Governo a alterar a idade das reformas... o exemplo do árbitro a dizer que se pode meter golo com a mão... assenta como uma luva.

Mas isso de futebol... é melhor nem falar. Há apitos de várias cores a mais... e coerência a menos. E como penso em reformar-me em breve... é melhor estar calado!



– (*) Membro da Comissão Administrativa do PSD / Toronto-Canadá

Notícias da Madeira

Assembleia Legislativa madeirense recusa parecer à Lei Finanças pedido pelo Governo de Lisboa



A Assembleia Legislativa da Madeira escusou-se no passado dia 2 a dar parecer à proposta de Lei das Finanças Regionais, porque o pedido partiu do Governo Central e não da Assembleia da República, como prevê a lei, segundo o presidente da Comissão Parlamentar Especializada de Planeamento e Finanças.

Silvio Santos, explicou que a recusa foi decidida porque o pedido foi

apresentado pelo Conselho de Ministros “quando deveria ter vindo da Assembleia da República, como estabelece a Constituição da República e o Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira”.

O deputado adiantou que a Assembleia Legislativa irá dar o seu parecer à nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas quando o pedido de consulta for apresentado pelo Parlamento Nacional.

“Se a Assembleia desse parecer agora iria contornar de forma ilegal a norma do Regimento da Assembleia da República, designadamente o artigo 152, que determina que tratando-se de iniciativas que versam matérias respeitantes às Regiões Autónomas, o presidente da Assembleia da República promove a sua apreciação pelos órgãos de governo regional”, explicou.

Esta posição teve os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e CDU e a abstenção do PS.

A Comissão subscreveu, por outro lado, as posições da Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira e da Associação Nacional de Municípios contra os cortes orçamentais que a Lei das Finanças Locais impõe às autarquias, tendo tido os votos favoráveis do PSD, PP e CDU e os votos contra do PS.

O deputado do PS-M, Jaime Leandro, assumiu a posição do PS em Lisboa.

Como é do conhecimento geral na Madeira, o Governo da República prepara uma nova Lei das Finanças Regionais no âmbito da qual, e pelo facto da Região ter saído do Objectivo 1 (regiões desfavorecidas cujo PIB é inferior a 75 por cento do PIB Nacional) e ao abrigo do esforço nacional de contenção do défice público, as verbas do Orçamento de Estado para a Madeira sofrerão cortes que poderão atingir, em 2007, os 40 milhões de euros. - Lusa

Notícias dos Açores

PSD/Açores afirma que parecer do Parlamento Regional, de maioria PS, sobre a Lei das Finanças Regionais foi ineficaz

O PSD/Açores alertou hoje para a “ineficácia” do parecer do Parlamento açoriano sobre a nova Lei de Finanças Regionais, lembrando que a proposta só foi analisada pelos deputados regionais, na véspera da aprovação em Conselho de Ministros.

Segundo a bancada social-democrata, decorreram 12 dias entre o envio da proposta da nova Lei pela Presidência do Conselho de Ministros (21 de Setembro) e a reunião da comissão de Economia que emitiu o parecer, realizada terça-feira, um dia antes do projecto do Governo ter sido aprovado em Conselho de Ministros.

Essa situação fez com que “redundasse na total ineficácia o parecer da Assembleia Legislativa” sobre a nova Lei que vai regular o relacionamento financeiro entre o Estado e as regiões autónomas, salientou o líder do grupo parlamentar do PSD/Açores.

Perante isso, Clélio Meneses enviou hoje uma carta ao presidente do Parlamento açoriano “exigindo que sejam tomadas as devidas medidas no sentido de apurar responsabilidades pelos atrasos” entre o envio da proposta pelo Governo da República e a emissão do parecer.

Segundo os sociais-democratas, a 28 de Setembro foi distribuída aos deputados regionais, durante o plenário mensal da Assembleia, uma cópia do projecto de Lei, com um ofício da Presidência do Conselho de Ministros, datado do dia 21, na qual se “solicitava um parecer urgente do parlamento até 01 de Outubro”.

A Comissão de Economia do Parlamento açoriano só se reuniu, porém, a 03 deste mês e a proposta do Governo da República foi aprovada no Conselho de Ministros no dia seguinte.



Na reunião de terça-feira, a Comissão deu parecer favorável à proposta de revisão da Lei de Finanças Regionais, mas a bancada do PSD alertou que o processo foi uma “oportunidade perdida” para o arquipélago.

O “parecer da região é favorável à proposta de revisão da Lei de Finanças Regionais” apresentada pelo Governo da República, adiantou, na altura, o presidente da comissão parlamentar, o socialista José do Rego. - Lusa

Notícias do Algarve

Deputado pelo Algarve alerta, em Estrasburgo, para os riscos do sistema financeiro mundial

Numa intervenção, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, em Estrasburgo, o deputado Mendes Bota alertou para os riscos que actualmente ameaçam a estabilidade do sistema financeiro mundial.

O deputado denunciou a falta de transparência que caracteriza o mercado financeiro, onde a “especulação é a palavra-chave para escapar a qualquer controle fiscal ou institucional, especialmente no sector dos fundos de investimento, os chamados “edge funds”, domiciliados nas Ilhas Cayman e outros paraísos off-shore, e onde se estimam transacções diárias que ultrapassam os 6.000 biliões de dólares”.

Segundo Mendes Bota, o próprio Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial já admitem em recentes relatórios a sua incapacidade para controlar este autêntico supermercado financeiro para super-ricos, que fogem escandalosamente ao pagamento de qualquer imposto.

E interroga-se: “pode-se imaginar, se as ideias do sr. Tobin fossem aplicadas, o montante enorme de verbas que seriam colocadas à disposição para ajudar a combater a pobreza e o subdesenvolvimento?”

Ainda segundo Mendes Bota, “estes “edge funds”, nos quais muitos bancos convencionais e tradicionalmente conservadores estão a envolver-se colocando em jogo o dinheiro dos seus depositantes, são mais de 10.000, comportam elevados riscos, pois os seus gestores são remunerados de acordo com os lucros gerados!

E citou o exemplo do Amaranth Advisors Fund, que há cerca de quinze dias, só num fim-de-semana, perdeu metade do seu capital. E acrescentou que, no meio de tanta euforia com o crescimento da economia mundial, propulsionado por países emergentes como a Índia e a China, “a possibilidade de um big-bang não pode ser colocada de fora da mesa”. – CPD/PSD – Algarve

Noticias de Aveiro

Autarcas contestam encerramento de urgências

A possibilidade de encerramento de urgências hospitalares em cinco concelhos do distrito de Aveiro – Anadia, Estarreja, Ovar, Espinho e S. João da Madeira – é contestada pelos autarcas da região.

A importância do complexo químico de Estarreja, cuja capacidade de produção vai ser duplicada, é o argumento usado em uníssono pelos órgãos autárquicos e mesmo pelo PS local, para contestar o eventual encerramento da urgência hospitalar previsto pelo Ministério da Saúde.

O presidente da Câmara de Estarreja, José Eduardo Matos (PSD/CDS), aproveitou a presença do primeiro-ministro, na assinatura de um contrato entre os “gigantes” do sector químico, para defender que o aumento da produção em Estarreja reforça a justificação para ser mantido o serviço de urgência.

O argumento une as estruturas locais dos vários partidos, como o comprova a unanimidade com que foi aprovada uma moção na Assembleia Municipal, alertando para os “riscos acrescidos” do desaparecimento da urgência de Estarreja devido à existência do complexo químico.

Na moção, os autarcas lembram que os profissionais do Hospital Visconde Salreu (HVS) são “os únicos que estão preparados” para acorrer a um acidente químico grave, por terem formação específica.

Em Ovar, o presidente da Câmara, com o apoio dos vereadores do PSD, enviou uma carta à Administração

Regional de Saúde do Centro, considerando tratar-se de uma medida sem critérios de racionalidade e pedindo uma audiência urgente a Correia de Campos.

“Não faz sentido que por um lado se esteja a apetrechar o nosso hospital com um moderno serviço de Radiologia, por exemplo, e por outro, se esteja a planear retirar um dos seus serviços mais procurados”, sublinha.

O novo serviço de Radiologia do Hospital Francisco Zagalo foi apoiado pelo Programa Saúde XXI, e a administração central investiu 1,2 milhões de euros na sua modernização.

O Serviço de Urgência do Hospital de Ovar regista uma média de 165 consultas por dia.

Além de servir os 55 mil habitantes do concelho de Ovar e populações de concelhos vizinhos, atende também a população sazonal que faz férias em Esmoriz, Cortegaça e Furadouro, durante o Verão.

Por seu turno o presidente da Câmara de S. João da Madeira, Castro Almeida (PSD) pretende ser recebido pelo ministro da Saúde e vai promover uma visita de deputados para mostrar a realidade local.

Castro Almeida não encontra sentido numa eventual decisão de “encerrar um serviço que acabou de receber obras”, a não ser que seja “para poupar dinheiro”.

Os autarcas consideram que “o relatório assenta num pressuposto



totalmente errado” e afirma que os utentes “não querem saber a distância a que estão das urgências mas quanto tempo vão demorar a chegar às mãos do médico.” A verificar-se o encerramento da urgência também nos concelhos vizinhos de Espinho, Ovar e Estarreja, alerta, “será o entupimento” na urgência do Hospital de São Sebastião, em Santa Maria da Feira. – Fonte: CPD/PSD Aveiro

Encontro “Arte Nova” – Porta para o futuro”, na terceira semana de Outubro, em Aveiro

A Câmara Municipal de Aveiro

realiza o Encontro “Arte Nova – Porta para o Futuro”, nos dias 11, 12 e 13 de Outubro, no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Os interessados em participar, ainda poderão inscrever-se junto da Divisão de Museus e Património Histórico da Câmara Municipal de Aveiro, na Rua João Mendonça, n.º 9-11, 3800-200 Aveiro. Para obter mais informações podem contactar a referida divisão com o telefone n.º 234 406 485 e fax n.º 234 406 307, ou através do e-mail: patrimonio.hist@cm-aveiro.pt. O valor da inscrição é de 25,00 euros.

O Encontro “Arte Nova – uma porta para o futuro” tem como principal finalidade estudar o

Noticias de Aveiro

movimento Arte Nova e analisar o potencial desta corrente artística em termos de turismo, preservação, desenvolvimento urbano e sustentável. Durante três dias, serão debatidos diversos temas relacionados com a Arte Nova nas cidades de Aveiro, Barcelona e Riga.

Este encontro, organizado pela Câmara Municipal de Aveiro em conjunto com os Municípios de Riga e Barcelona, surge no âmbito da iniciativa “Arte Nova – porta para o futuro” que tem como objectivos preservar, estudar e promover a Arte Nova enquanto elemento comum a Aveiro, Riga e Barcelona; desenvolver políticas compatíveis e complementares visando a salvaguarda do património Arte Nova e a optimização de recursos; partilhar conhecimentos e experiência prática; desenvolver intercâmbios no âmbito da preservação e promoção urbanística; promover o turismo entre as municipalidades; promover actividades culturais e encontros e criar mecanismos de divulgação do património Arte Nova.

Vereadores do PSD criticam o Executivo quanto a atrasos no plano de pormenor do Centro Hípico do Furadouro e acções culturais e de qualidade de vida

Os vereadores do PSD lamentam os sucessivos atrasos e demoras na apreciação deste plano, por parte da Câmara Municipal de Ovar, que tem levado ao “desespero” os investidores



que apostam neste plano para desenvolverem, na zona da Mata da Bicha um projecto considerado pelo anterior Presidente da Câmara como “prioritário para toda a região, não apenas pelo investimento de algumas dezenas de milhões de euros, como também pelos postos de trabalho que iria criar para toda a região”.

“Dois anos depois da Assembleia Municipal de Ovar ter dado luz verde para se avançar com a elaboração deste plano, importa saber qual é a proposta do Senhor Presidente e do seu executivo para esta zona?! Dizem em comunicado no qual perguntam: “Importa saber qual é a visão estratégica do executivo para este local e para este empreendimento? Querem apostar no turismo? Querem apostar em habitação? Querem preservar a área florestal?”

“É que, passado este tempo todo, os vereadores do PSD ainda não conhecem as ideias próprias de quem gere a autarquia sobre esta matéria”.

As respostas a estas questões são fundamentais para os vereadores do PSD formularem uma opinião sustentada e consistente, de modo a não perpetuar as indefinições, sob pena deste empreendimento se perder para sempre.

E os vereadores do PSD fazem as seguintes recomendações ao Executivo:

1. Para a Câmara Municipal de Ovar aproveitar bem a oportunidade que decorre da abertura de candidaturas ao Programa Operacional da Cultura, até ao dia 16 de Outubro, nomeadamente para:

Recuperação e Animação de Sítios Históricos e Culturais;

Modernização e Dinamização dos Museus Nacionais;

Criação de uma Rede Fundamental de Recintos Culturais;

Este programa está aberta às autarquias locais e co-financia projectos em 50%, podendo ir até aos 75%, em determinados casos.

Esta é, pois, uma magnífica oportunidade que a CM Ovar não pode desperdiçar, designadamente para apoiar a construção do Centro de Artes, para apoiar a reabertura do Museu Júlio Dinis, para a

recuperação das fontes tradicionais de Ovar, ou para valorizar o Azulejo de Ovar.

A Semana Europeia da Mobilidade, da qual faz parte integrante o Dia Europeu sem Carros, procura encorajar estilos de vida mais ecológicos e mais saudáveis, proporcionando aos cidadãos oportunidades para se deslocarem a pé, utilizarem a bicicleta, os transportes públicos e veículos pouco



poluentes e consciencializando-os para os efeitos das suas escolhas de modo de transporte na resultante qualidade do ambiente, uma vez que é reconhecido que a poluição atmosférica e o ruído resultantes da circulação automóvel são um dos mais graves problemas ambientais com que se deparam as nossas cidades, sendo os padrões actuais claramente insustentáveis.

Depois dos investimentos em anos anteriores em ciclovias e em bicicletas, os vereadores do PSD lamentam que a Câmara Municipal de Ovar não tenha aderido a esta iniciativa, por nós considerado importante para a educação e sensibilização ambiental da nossa comunidade.

Aliás, nós consideramos que esta é, e será sempre, uma tarefa incompleta e inacabada, porque no que diz respeito a esta matéria, tal como em muitas outras áreas referentes à educação e formação da nossa sociedade nunca nos devemos dar por satisfeitos.

Quem pensa que está tudo feito, e não há mais nada para fazer, está a prestar um mau serviço à causa pública.

Quem pensa que não é preciso desenvolver um esforço contínuo de levar as preocupações ambientais à população, principalmente, aos mais jovens, não está a cumprir cabalmente com as suas funções.

Normalmente, quem pensa que

está na vanguarda, fica, muitas vezes, irremediavelmente para trás.

Este é um claro retrocesso na política que, até à data, vinha a ser seguida pela Câmara Municipal de Ovar, o qual é reprovado determinantemente pelos vereadores do PSD.

Na sequência do início de um novo ano lectivo e da visita de trabalho à Escola dos Combatentes, os vereadores do PSD recomendam à

Câmara Municipal de Ovar uma rápida intervenção nesta escola a fim de solucionar os problemas que afectam o bom rendimento dos alunos, nomeadamente, as infiltrações de água, humidades no interior do edifício, deficiente circulação de ar, pisos em péssimo estado no andar superior entre outros que são do conhecimento de executivo.

Quando há uns meses atrás questionamos, sugerimos e recomendamos, como legítimos responsáveis pelo trabalho político de fiscalização da actividade municipal, várias matérias sobre o sector da Educação, fizemo-lo de uma forma séria, responsável e, acima de tudo, no puro interesse de contribuir para o BEM do futuro das nossas crianças e dos nossos jovens.

Porque tínhamos a certeza que era preciso melhorar as infra-estruturas de algumas escolas, de melhorar e contemplar as escolas com cantinas, de apetrechar todas as escolas com computadores e activar a Internet, que o enriquecimento curricular fosse para todos e dado em espaços motivadores e dignificantes, que a escola a tempo inteiro fosse uma realidade para todas as escolas do 1.º Ciclo, que os transportes funcionassem de uma forma segura e responsável e que todas as escolas tivessem o apoio de auxiliares de educação, constatamos que as nossas preocupações/recomendações faziam todo o sentido e era mais uma contribuição que os vereadores do PSD davam para a resolução dos muitos problemas deste sector da vida autárquica.

Julgamos que a gestão da Câmara não pode atribuir à conclusão da carta educativa, no pressuposto que a mesma indicará a resolução para todos os problemas que hoje “afligem” e preocupam a comunidade escolar, a desculpa para não resolver os problemas atrás citados que, mais uma vez, está a originar um início de ano lectivo com as manifestações de desgosto de alunos, pais, professores e demais agentes da comunidade escolar, colocando reservas e desconfiança nas promessas que vão sendo feitas em vários estabelecimentos de ensino da nossa cidade e do nosso concelho. – Fonte: CPS/PSD - Ovar

Notícias de Cascais

Apresentação de trabalhos sobre a reabilitação do Centro Histórico

A eficácia da reabilitação dos Centros Históricos depende, à partida, de uma correcta inventariação dos edifícios e dos espaços que os constituem, assim como da identificação dos seus principais problemas e potencialidades, para que se estabeleçam prioridades e regras de intervenção.

No documento estratégico mais importante do Concelho, o Plano Director Municipal, aprovado há quase 10 anos, a definição das regras de intervenção dos edifícios dos Centros Históricos confunde-se, inexplicavelmente, com as de outras áreas urbanas.

Apesar do trabalho desenvolvido nos últimos anos pela Câmara Municipal de Cascais, travando algumas pretensões despropositadas e descaracterizadoras dos Centros Históricos, são ainda assinaláveis as lacunas existentes ao nível da identificação, delimitação, inventariação e regulamentação dos Centros Históricos do Concelho.

Para se atingir um dos principais objectivos traçados na proposta do novo PDM, em apreciação na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, estão em curso vários trabalhos de análise urbana e propostas de reabilitação dos Centros Históricos, resultando de produção interna, da própria Câmara, mas também de parcerias com entidades externas, entre as quais a Universidade Lusíada de Lisboa.

Assim, no dia 28 de Setembro, às 17h00, no salão nobre dos Paços do Concelho, foram apresentados projectos de recuperação de edifícios do Centro Histórico de Cascais, elaborados por finalistas do curso de Arquitectura da Universidade Lusíada. Uma hora depois, na Praça 5 de Outubro, foi inaugurada a exposição daqueles projectos e de elementos correspondentes ao levantamento arquitectónico do Centro Histórico de Cascais, constituído por um extenso conjunto de fichas individuais dos edifícios, alçados de arruamentos, maquetes dos projectos, etc.

Estes trabalhos, realizados em 2005/2006, inscrevem-se no âmbito do protocolo celebrado no ano transacto entre a Autarquia e aquela Universidade. O protocolo estende-se ao presente ano lectivo, tendo-se elegido, como área de estudo, o novo perímetro do núcleo urbano histórico do Monte do Estoril – um dos mais



interessantes do Concelho e seguramente um dos mais prejudicados pela desregulamentação e pela concretização de expectativas de construção claramente



inflacionadas – resultantes dos primeiros anos da aplicação do PDM de 1997.

A Câmara Municipal de Cascais concluiu em 2006, com esta mostra, uma sequência de exposições acerca de projectos de reabilitação urbana na Vila de Cascais, (Concurso da Cidadela, Projecto Nova Marina e outros equipamentos, Concurso do Mercado de Cascais e Parque Urbano da Ribeira das Vinhas).

Corrida contra o Cancro

O Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, Alexandra Lencastre, Abel Xavier, entre outros nomes da vida artística e desportiva do País, participaram na "Corrida contra o Cancro".

Organizado pelo Movimento de Apoio do Doente Oncologia de Cascais (MADOCASCAIS), esta marcha solidária conta com o apoio, da Câmara Municipal de Cascais e

teve como objectivo a sensibilização da comunidade para a problemática do cancro. A partida foi dada às 11 horas, frente aos Paços do Concelho.

Homenagem a José Barata Moura – “Farol de Sonhos”, 1º Encontro Internacional sobre o Livro e o Imaginário Infantil

A Biblioteca Municipal de Cascais, em S. Domingos de Rana receberá, de hoje e até 15 de Outubro, o Farol de Sonhos – Encontro Internacional sobre o Livro e o Imaginário Infantil” que, nesta primeira edição, reunirá diversos especialistas, entre os quais Katsumi Komagata, um dos mais reputados criadores gráficos mundiais.

Dirigido especialmente a ilustradores, escritores, designers, bibliotecários, estudantes de escolas de Artes e editores, este encontro visa criar um espaço de reflexão sobre o que de melhor se produz, em Portugal e no estrangeiro, na área da criação artística para o público infantil.

Em cada edição do “Farol de Sonhos” é homenageada uma personalidade cuja obra represente um contributo relevante para o enriquecimento do imaginário infantil. Esta primeira edição distingue José Barata-Moura, um dos nomes mais emblemáticos do pensamento filosófico português, criador e intérprete de canções como

“Joana Come a Papa” ou “Olha a Bola Manel”, que marcaram várias gerações de crianças portuguesas.

Para além das conferências e workshops, o evento acolherá ainda várias exposições, das quais se destaca uma mostra retrospectiva da obra de Katsumi Komogata. Os trabalhos de vários ilustradores portugueses merecem também relevo especial na colectiva “Animalaminute”.

Este fórum internacional contará ainda com as participações de Isabel Alçada, escritora e Comissária do Plano Nacional de Leitura, e representantes de diversas instituições incontornáveis no trabalho de promoção e divulgação do livro infantil: Bienal de Bratislava; Feira de Bolonha, Barbara Scharioth, Biblioteca Internacional para a Infância de Munique, entre outros.

Consulte todo o programa em www.faroldesonhos.pt

VI Encontro Musical de Grupos Corais de Cascais

O auditório do Colégio Marista de Carcavelos recebeu o VI Encontro Musical de Grupos Corais de Cascais, iniciativa que visa promover o convívio entre os grupos corais amadores residentes no concelho.

Actuaram os corais infantis e formações corais de adultos. Cada grupo apresentou duas canções, ficando o encerramento de cada espectáculo marcado por uma interpretação conjunta.

A VI edição do evento contou com a actuação de 16 grupos corais: sete infantis e 9 de adultos, tendo participado os Grupos infanto-juvenis: Pequenos Cantores de Carcavelos; Coral Infantil de Carcavelos; Coro Infantil Vozes do Mar da ESSA; Coro Infantil Pequenos Cantores do Estoril; Coro Vox Laci Infantil; Coro Vox Laci Juvenil; Coro Infantil Pequenos Cantores do Estoril e os Grupos Corais Adultos: Grupo Vocal Discantus do GRD 1º Maio de Tires; Grupo Coral Estrelas do Guadiana da ACRART; Grupo Coral da Associação de Idosos de Santa Iria; Vocal DA CAPO da Associação Coral de Carcavelos; Coro Polifónico de Cascais; Coro ESSA da Escola Salesiana do Estoril; Grupo Coral Luís Clemente da ABVE.

– CMC, fotos Luís Bento

Notícias de Évora

Ainda a Convenção Distrital de Évora do PSD: «Um Distrito, um Futuro!»

O nosso Presidente, Luis Marques Mendes encerrou a Convenção

No amplo salão de uma unidade hoteleira eborense, repleta de militantes, simpatizantes e autarcas do PSD, oriundos de vários concelhos do distrito de Évora, o Presidente da distrital laranja abriu a 1ª convenção distrital do PSD pouco depois das 10 horas da manhã do passado dia 30 de Setembro.

António Dieb destacou no seu discurso de abertura a necessidade e a intenção de o PSD organizar, à escala regional, fóruns de debate suficientemente amplos que possibilitem o estabelecimento e a celebração de compromissos políticos com a população alentejana, para cuja melhoria da qualidade de vida o PSD está empenhado em contribuir.

Abriu o PSD à sociedade civil, mediante novas e mais participadas formas de debate aos problemas que afectam as populações, para os quais se deverão procurar soluções assentes na experiência e provas dadas por parte de personalidades da sociedade civil cuja participação deverá ser intensificada, constituem referências do presidente da distrital de Évora do PSD.

O painel de oradores do período da manhã, dedicado às questões do desenvolvimento nos territórios autárquicos, contou com a presença de Macário Correia, Presidente da Câmara de Tavira, que chamou a atenção para as matérias da responsabilidade ambiental da gestão autárquica, condição necessária a garantir a sustentabilidade ambiental dos territórios.

Promover um correcto ordenamento do território, com base em recursos de informação, tecnologia e eficiência, procurando sempre que possível envolver e empenhar as entidades privadas através do estabelecimento de parcerias, parecem ser os caminhos correctos da gestão autárquica do futuro, segundo Macário

Correia que não deixou de chamar a atenção para a necessidade de os autarcas virem a ser mais respeitados pela comunicação social.

O painel de oradores contou ainda com duas intervenções de carácter mais local. José Palma Rita, membro da Assembleia Municipal de Évora pelo PSD destacou as condições e factores a valorizar no trabalho autárquico, com vista à atracção de empresas, criação de emprego e fixação de populações, nomeadamente no que toca à envolvente política e à atitude dos autarcas na criação de um ambiente atractivo.

Por sua vez, Ricardo Freixial, professor da Universidade de Évora destacou as ameaças a que o mundo rural está hoje sujeito e as condições de sustentabilidade ambiental, cultural, económica e social que é possível garantir através de uma política agrícola adequada, que está longe de estar a ser seguida pelo governo socialista, cujo ministro da agricultura acusou de desrespeitar os agricultores.

As intervenções da manhã foram encerradas pelo presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, que veio transmitir o seu testemunho pessoal relativamente ao trabalho que, ao nível autárquico, pode e deve ser feito, em prol da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Vencendo sempre a sobreposição do interesse público ao oportunismo político partidário, enquanto prioridade da gestão autárquica, Rui Rio falou ainda sobre as regras da Administração Pública que não valorizam suficientemente o trabalho enquanto valor, sem deixar passar a actual polémica em torno Lei das Finanças Locais, a qual considerou que deveria ser revista numa lógica de assegurar não dependência dos municípios relativamente à construção.

A parte da tarde da 1ª convenção



distrital do PSD no distrito de Évora foi dedicada a temas mais internos ao PSD, nomeadamente à revisão do programa.

O eurodeputado Carlos Coelho salientou a necessidade de actualizar a matriz programática do PSD, abrindo o leque programático a novas temáticas como a globalização, do e-government, o futuro da Europa e o aprofundamento da União Europeia, a dimensão direita-esquerda, entre outras. A participação de todos os órgãos do partido e de toda a realidade geográfica e social do PSD é fundamental, para que seja possível estabilizar uma metodologia de debate constante, com sínteses progressivas, que culminarão na conclusão dos trabalhos em meados de 2007, segundo Carlos Coelho.

Luis Sebastião, professor da Universidade de Évora, participou no painel de oradores sobre a temática da revisão do programa do PSD, vincando a necessidade de preservar a matriz social-democrata e humanista do PSD, acautelando assim para que a introdução de novas temáticas não desvirtue as raízes sociais do partido, pois a marca distintiva do PSD em relação aos restantes partidos políticos deve continuar a ser procurada, segundo Luis Sebastião, na sua fonte ideológica e na prática que a tem reflectido.

A homenagem prestada pelo PSD de Évora aos presidentes da Comissão Política Distrital que ocuparam o cargo entre 1974 e 2004, constituiu um acto simbólico de honrar aqueles que marcaram a história do PSD, com as suas sensibilidades e personalidades, garantindo que o seu respeito é a garantia de um futuro com 32 anos de história, com novos protagonistas em consenso de gerações.

O Presidente do PSD, Dr. Luis Marques Mendes, encerrou os trabalhos, começando por referir que, sendo esta a sua sétima deslocação ao distrito de Évora em cerca de um ano e meio, a sua presença se justificava por

ser este um dos distritos em que o “combate” é mais difícil. Fazendo um balanço positivo do mandato, que agora termina, dos actuais órgãos distritais, elogiou a iniciativa da Convenção Distrital, mostrando-se surpreendido positivamente com a elevada afluência e participação de militantes e simpatizantes.

Com os olhos postos no País, o Líder do PSD não poupou José Sócrates pelo aumento das contribuições para a ADSE, “O primeiro ministro tem dois pesos e duas medidas” explicando que a diminuição das pensões milionárias do Banco de Portugal continua por fazer. “O Governo preocupa-se em diminuir as pensões dos reformados da Função Pública mas não tem coragem de pôr ordem na s pensões milionárias dos Administradores do Banco de Portugal. Na prática este aumento de contribuições consubstancia um novo aumento de impostos”.

Mais referiu que, é de lamentar que pela primeira vez em 30 anos, a Europa esteja a recuperar de uma crise económica sem que Portugal consiga acompanhar a retoma, apontando os 3% como objectivo mínimo para o crescimento da economia portuguesa.

Sublinhou ainda a necessidade de mais investimento, lamentando que o Governo tenha anunciado há ano e meio 19 mil milhões de euros de investimento privado que, na sua maioria, continua por concretizar.

Ao nível do investimento público, o Presidente do PSD chamou ainda à atenção para o facto estarmos a registar a mais baixa taxa de execução dos últimos seis anos.

A Convenção Distrital de Évora do PSD, terminou em confraternização entre Militantes e Independentes e com os votos unânimes de que esta seja uma iniciativa a repetir.

– CPD/PSD – Évora



Carmona Rodrigues entregou faixa “Água – O maior pano do Mundo” para assinalar Dia Nacional da Água

Uma faixa de um quilómetro, com pinturas sobre a água feitas por quatro mil crianças das escolas de Lisboa foi exposta no dia 1 de Outubro, Dia Nacional da Água, no Jardim Vieira Portuense, em Belém. A faixa passou assim a integrar um pano de 60 quilómetros que cobrirá a distância entre Évora e a nova Aldeia da Luz, a aldeia mais jovem de toda a Europa, com o objectivo de entrar para o Guinness World Record.

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Carmona Rodrigues, esteve presente neste dia em que se comemorou o Dia Nacional da Água, dando também o seu contributo nesta exposição, desenhando o mar, um peixe e as iniciais do seu nome num dos cantos de um painel ainda por pintar. Carmona Rodrigues disse ser esta uma boa forma de “motivar os mais novos para as questões ambientais”.

O vereador do Ambiente e Espaços Verdes, António Prôa, junto com o edil, entregaram oficialmente a faixa à Associação de Jovens Professores da Região do Alentejo representada pela sua presidente, Maria José Barão.

A faixa, que contém frases, textos e ilustrações alusivas à temática da água, esteve exposta entre as 13h30 e as 19h00 no Jardim Vasco da Gama, em Belém, um quilómetro de tecido consagrado ao tema “Água – O Maior Pano do Mundo”, pintado por crianças de 42 escolas de Lisboa.

Portugal quer “bater” o recorde mundial liderado até agora pela Índia onde têm 50 quilómetros de painel. A data final de conclusão da faixa ainda não está estabelecida, pois segundo Maria José Barão “tudo depende das instituições e dos organismos que vão colaborando” mas pela vontade da presidente da Associação “a meta seria já amanhã”. Em Lisboa realizou-se o 41º quilómetro sendo que o próximo irá ser realizado na cidade de Évora.

Carmona Rodrigues aproveitou a ocasião para sensibilizar para um ambiente mais cuidado, lembrando uma célebre frase da Conferência Mundial do Ambiente no Rio de Janeiro em 1992: “Pensar globalmente e agir localmente”. Esta frase dita há já 14 anos é ainda bem actual “devemos em termos de água pensar globalmente, pensar no planeta, mas depois não ficar descansados que os outros devem



tratar disso, pois nós próprios temos que dar o exemplo no nosso dia a dia, para que a água seja um factor de desenvolvimento mas também um factor de justiça social. Assim, é toda essa problemática que se deve incutir desde tenra idade às crianças”, concluiu.

O dia foi ainda animado com a realização de ateliers subordinados à “Água” e de um espaço de leitura, onde se disponibilizaram várias edições, como livros, folhetos e CD’s sobre o tema.

O vereador António Prôa aproveitou para mostrar ao presidente da edilidade o expositor da CML dedicado ao ambiente, no Jardim Vasco da Gama, um espaço de informação, de educação e de participação de toda a população, para a sensibilização de um ambiente e um mundo melhor.

Ao todo, o projecto envolve 3816 alunos e 188 educadores e professores de 42 estabelecimentos de ensino do Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico do Concelho de Lisboa, integradas na Oferta Educativa da Divisão de Educação e Sensibilização Ambiental da CML, e tem como objectivo a sensibilização dos participantes e do público em geral para o problema da escassez da água.

Outros objectivos são a divulgação de comportamentos adequados a adoptar para um consumo racional da água e a promoção do exercício de uma cidadania mais consciente e participativa em torno das questões ambientais.

Os panos foram retirados ao final do dia. Os desenhos voltarão a ser expostos no Alentejo, uma das zonas

mais afectadas pela falta de água e pela desertificação. – © CML

Câmara aprova subsídios de 500 mil euros, oposição contesta critérios

A Câmara de Lisboa aprovou hoje a transferência de cerca de 500 mil euros para associações culturais e de solidariedade social, com alguma contestação da Oposição

A vereadora social-democrata Marina Ferreira destacou, na conferência de imprensa que se seguiu à reunião privada do executivo municipal, a atribuição de subsídios ao Teatro da Comuna, à Companhia Teatral do Chiado e à Associação Coisa Feita, de divulgação da leitura e teatro junto das crianças e jovens.

A Companhia Teatral do Chiado vai receber 20 mil euros por ano, o Teatro da Comuna 50 mil euros, e a Associação Coisa Feita, 30 mil euros, além de lhe ter sido concedida a utilização do auditório da Biblioteca Orlando Rodrigues, revelou a vereadora.

Contactado pela Lusa, o vereador com o pelouro da Cultura, José Amaral Lopes (PSD), disse que os apoios aprovados hoje, nomeadamente à Comuna e à Companhia Teatral do Chiado, “resultam de protocolos [estabelecidos por três anos], em que são estabelecidas condições, ao contrário do que aconteceu no passado, com atribuição discricionária e casuística de

subsídios”.

Em relação a uma eventual incapacidade da Câmara em pagar estes subsídios, o vereador sublinhou que “qualquer proposta só pode ser discutida e aprovada se tiver a devida cabimentação orçamental”.

“Dizer o contrário é pura manipulação da informação”, disse.

Fonte oficial do gabinete do vereador da Acção Social, Sérgio Lipari Pinto (PSD), garantiu que todas as instituições apoiadas “apresentaram um relatório das actividades do primeiro semestre e planos de actividades para 2007”.

“Além disso, foram sujeitas à verificação do desenvolvimento das actividades”, assegurou.

Ainda segundo a mesma fonte, serão realizados “conselhos de freguesia de acção social onde se vai obter informação das instituições que melhor fazem o trabalho de campo junto da populações carenciadas”.

O vereador da Cultura nega ainda a falta de investimento nas bibliotecas municipais, sublinhando que desde o início do actual mandato já abriram duas novas bibliotecas.

Amaral Lopes sublinhou que está a ser elaborado um relatório, que será apresentado até ao final do ano, com um “levantamento exaustivo” das necessidades das bibliotecas e em que “todas as decisões do pelouro da Cultura estão, pela primeira vez, devidamente fundamentadas”.

O vereador acrescentou que “a maioria das propostas culturais, pela primeira vez, prevêem ligação ao mundo escolar”.

Assembleia Municipal aprova novos preços dos parques da EMEL

A Assembleia Municipal de Lisboa aprovou o novo regulamento de parques de estacionamento da EMEL que vai aumentar os preços sobretudo nos parques de curta duração, sendo os de longa duração grátis a partir da quinta hora.

A proposta da vereadora da Mobilidade na Câmara de Lisboa, Marina Ferreira (PSD), aprovada com os votos contra do PS, PCP, BE e PEV, prevê preços diferenciados consoante a localização e um cálculo de cobrança feito ao minuto, depois

Notícias de Lisboa



do primeiro quarto de hora.

A permanência nos 17 parques de estacionamento da Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa, EMEL, vai passar a custar cinco cêntimos por minuto, a pós o primeiro quarto de hora, que terá uma tarifa variável consoante a localização do parque, e com o objectivo de dissuadir a utilização do automóvel privado na cidade.

Nos parques de curta duração, na Estrada da Luz, Corpo Santo e Avenida Lusíada, uma hora de permanência vai passar a custar 1,20 euros, duas horas 2,35 euros, três horas 3,55 euros e quatro horas 4,85 euros.

Estes parques destinam-se a apoio a serviços, como a Loja do Cidadão, na Estrada da Luz, e são por isso, considerados de curta duração.

Os parques de média duração, situados na Avenida dos Combatentes, Biblioteca Nacional, Areeiro, Pavilhão Carlos Lopes, Rua Gomes Freire, Sete Rios, Álvaro Pais, Teixeira de Pascoaes, Calçada do Combro e Portas do Sol, serão mais baratos que os de curta duração.

Assim, uma hora de permanência nestes parques custará 1,15 euros, duas horas, 2,15 euros, três horas 3,20 euros e quatro horas 4,20 euros.

Os parques de longa duração, no Colégio Militar e Cidade Universitária, são os mais baratos, com uma hora a custar 1 euro, duas 1,85, três 2,20 euros e quatro horas 2,50, sendo gratuitos a partir da quinta hora de permanência.

As novas tarifas entraram em vigor nesta semana. – Fonte: Lusa

Notícias de Braga

Ricardo Rio, líder do PSD de Braga, fala sobre “Ética Vs Corrupção na gestão autárquica”; actividades dos vereadores PSD na Câmara

Ricardo Rio, Vereador na Câmara Municipal de Braga e Presidente da Comissão Política de Secção do PSD local, no contexto de uma conferência organizada pela JSD local, subordinada ao tema “Ética Vs Corrupção na gestão autárquica”, teceu considerações sobre a actuação da maioria da autarquia bracarense (PS) que deixamos aqui registadas.

Lembrou, a abrir que, se a ética requer uma escolha individual e uma separação entre o bem e o mal, a mesma ética nem sempre coincide com a legalidade, “porque nem tudo que é legal é ético e nem tudo que é ético é legal”.

A este propósito, citou os famigerados casos locais do arrendamento pela Câmara Municipal de Braga de uma loja do filho do Presidente da Autarquia para instalação de um “Espaço Internet Municipal” e do recente concurso para a adjudicação da concessão da sinalética urbana (em que, numa primeira fase, a única empresa concorrente era propriedade do filho do Presidente e de um sobrinho de outra Vereadora do PS – e filho de um ex-Vereador socialista -, sendo ambos membros do júri de apreciação das propostas) para dar exemplos de situações que “até podem ser legais, mas violam claramente o respeito pela ética na gestão da Autarquia”.

Lembrando que a corrupção nas Autarquias tem o seu cerne na área do Urbanismo mas que se estende a

domínios como a contratação de pessoal ou a adjudicação de serviços e empreitadas, Rio apresentou também dados da Polícia Judiciária que atestam o caracimento deste fenómeno ao longo dos últimos anos.

Ainda assim, frisou, há dois aspectos que funcionam como incentivos para a subsistência desta prática por certos Autarcas Locais: o reduzido número de condenações na Justiça (12, até hoje, de Presidentes de Câmara, atravessando todos os espectros partidários) e a validação eleitoral dos seus comportamentos pelos cidadãos (como voltou a acontecer nos mediáticos casos sufagados em Outubro de 2005).

O Autarca social-democrata recuperou um artigo de 2002 do sociólogo Boaventura Sousa Santos, na revista Visão, para avançar aos cerca de 60 presentes que só há duas situações em que a luta contra a corrupção se torna eficaz: “quando ela é de tal forma sistemática que se criam micro-Estados concorrentes, que avançam com denúncias para a comunicação social e facilitam a investigação, ou quando a parte são do sistema é suficientemente forte e ostenta suficiente vontade política para amputar a parte podre” (aquilo que se poderia considerar uma inversão da Lei de Gresham, com a boa moeda a expulsar a má moeda de circulação).

Neste âmbito, saudou as iniciativas do Deputado João

Cravinho tendentes ao combate à corrupção, através de diversas alterações legais, e do reforço anunciado de meios para a Polícia Judiciária, lamentando que a IGAT – Inspecção-Geral de Administração do Território não dê uma resposta mais célere às múltiplas denúncias efectuadas.

Ao nível dos meios de prevenção e combate à corrupção, Ricardo Rio sugeriu a criação de uma entidade independente que se dedique exclusivamente à realização de auditorias aleatórias aos procedimentos urbanísticos e à tramitação de processos de licenciamento nas Autarquias Locais e a penalização da recepção de ofertas de valor por Autarcas e funcionários públicos, ainda que sem exigência de contrapartida.

Considerando que muitos dos presentes, aguardavam pela resposta à questão “Há corrupção na Câmara de Braga?”, Ricardo Rio socorreu-se das declarações do próprio Presidente da Autarquia para considerar que “provavelmente há, mas está por provar”.

Rio invocava a reacção de Mesquita Machado às acusações de Mário Soares sobre a corrupção nas Autarquias Locais, há cerca de 2 anos atrás, quando o então líder dos Autarcas Socialistas considerou “perfeitamente natural” a existência de corrupção nas Autarquias. “Ora, se nenhum caso foi dado como

provado até hoje, também não é crível que Braga seja um oásis no panorama nacional”, sustentou.

Ainda assim, o líder do PSD de Braga defendeu que os autarcas não são polícias: “podem pugnar, como temos feito, pelo cumprimento das leis e pela garantia da transparência na gestão municipal, mas cabe às entidades próprias investigar”, acrescentou.

A este propósito, Rio lembrou as dúvidas que encham a voz popular e que foram levantadas nos locais próprios pelo Vereador Miguel Brito, há 6 anos atrás, sobre a ostentação de sinais exteriores de riqueza por autarcas e funcionários da Câmara Municipal de Braga.

“Quais foram os resultados dessa investigação?”, questionou, congratulando-se com a intenção do Partido Socialista criminalizar o enriquecimento ilícito.

Já no período de debate, Ricardo Rio deixou três ideias fortes em resposta a outras tantas questões da audiência.

Em primeiro lugar, que a Câmara Municipal devia dar conhecimento às Juntas de Freguesia, no momento de entrada nos serviços da Autarquia e ao longo de toda a sua tramitação, dos pedidos de licenciamento existentes para a sua área de jurisdição, enquanto forma de actuar atempadamente sobre algumas situações mais duvidosas.

Em segundo lugar, que da mesma

Notícias de Braga



forma que não se pode generalizar a acusação de corrupção a todas as Autarquias, não se pode estigmatizar os sectores da construção e do imobiliário. Em Braga, por exemplo, “estes sectores têm um forte peso no tecido económico, criam emprego e riqueza e projectaram-se já para fora do Concelho e do País”. Daí que, frisou, “o fundamental seja deixar claro que as leis e os regulamentos são para cumprir, que tudo será tratado com rigor, transparência e equidade e que situações idênticas têm sempre o mesmo tratamento pela Autarquia”.

Finalmente, reconhecendo que “não se ganham eleições a combater a corrupção”, Rio considerou que isso não pode desincentivar quem tem princípios de lutar por essa causa e de mobilizar os cidadãos para aumentarem os seus níveis de intervenção e exigência cívica (através da denúncia das irregularidades que cheguem ao seu conhecimento e sem receio das represálias de quem exerce o poder). – **Fonte: CPS/JSD Braga**

Contributos dos Vereadores “Unidos por Braga” (PSD) para Opções do Plano/ 2007

De entre as propostas formuladas pelos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga” para o Pelouro da Cultura das Opções do Plano para o ano de 2007, destaca-se a exigência de a Autarquia dotar o Teatro Circo de recursos humanos, materiais e financeiros suficientes para poder desenvolver uma programação intensa, eclética e de elevada qualidade, apostando

também nas áreas de marketing e de criação de públicos através de um eficaz Serviço Educativo.

No entendimento destes Vereadores, mais do que fazer depender o alcance das iniciativas que constarão da Programação para 2007 do financiamento do POC, cumprir criar uma estrutura humana e financeira sólida para sustentar a sua dinâmica futura.

A outros níveis, entendem os Autarcas da Coligação que a Câmara Municipal deve definir, de forma clara, o papel, a organização e as atribuições da Fundação Bracara Augusta no quadro da intervenção cultural do município e reforçar o entrosamento entre a Academia e a Câmara Municipal de Braga, potenciando e projectando as iniciativas de ambas as Partes.

Uma das bandeiras da Coligação vem sendo, há já alguns anos, a ideia de fomentar o aparecimento de um Instituto de Apoio ao Desenvolvimento das Artes e das Indústrias Criativas, que no domínio da formação e logística, possa assumir-se como suporte de uma “indústria local da cultura”.

Até ao momento, a perspectiva da Câmara Municipal tem sido uma outra, manifestamente redutora, porquanto faz depender tal capacidade técnica e logística da disponibilidade dos técnicos da própria Autarquia.

Recuperando a lógica de criação do Banco de Voluntariado Municipal, entendem os Vereadores do PSD e do CDS que o mesmo poderia incentivar o recrutamento de jovens à procura do primeiro emprego e/ou de desempregados de longa duração para apoio às actividades culturais (limpeza de património arquitectónico e artístico, apoio aos visitantes de museus, à realização de

eventos, etc.).

No plano da preservação e valorização patrimonial, além das intervenções propostas para as diferentes Freguesias, a equipa liderada por Ricardo Rio avançou com as sugestões de que a CMB deve intensificar o apoio à recuperação do património arquitectónico e etnográfico das freguesias, nomeadamente fora do perímetro urbano; reforçar a sinalização para os principais monumentos do Concelho nas freguesias da periferia, instalando mapas em abrigos de autocarro; e apoiar as Associações de defesa do património e investir na reconversão dos edifícios de elevado valor histórico e patrimonial.

Ao nível das iniciativas concretas, os Vereadores da Coligação sugeriram a organização de um “Festival Internacional de Órgão” e o (re)criar da Orquestra de Câmara de Braga, fazendo igualmente votos de que algumas iniciativas já desenvolvidas pela Autarquia possam ganhar outra dimensão e projecção regional e nacional.

Finalmente, entendem os Autarcas da Oposição que se deve Incentivar o trabalho em rede entre os diversos protagonistas da área da cultura, suscitando um plano mais sistemático de itinerância das iniciativas culturais pelas diversas freguesias do Concelho.

No decurso dos contactos mantidos com a Vereadora da Cultura, Dra. Ilda Carneiro, os Vereadores defenderam igualmente o apoio ao Orfeão de Braga, através da negociação com a REFER da cedência do espaço da antiga estação para a sede desta colectividade, mas souberam que tal ainda não foi possível de concretizar em resultado da degradação desse espaço por acção da chuva.

“Velha-a-Branca” no panorama cultural da Cidade

Já no decurso da presente semana, os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” reuniram com a Direcção da Cooperativa Cultural “Velha-a-Branca”, sita no Largo da Senhora-a-Branca, a qual, irá assinalar o seu segundo aniversário no próximo dia 15 de Outubro.

Partindo de uma vontade de intervenção cívica de cidadãos que nem estavam predominantemente ligados ao meio artístico, a “Velha-a-Branca” vem registando uma diversidade crescente de actividades que têm conquistado o seu espaço no panorama cultural bracarense.

Desde os esforços de promoção de jovens artistas e da disponibilização de espaços para exposição, à organização de actividades de reflexão e debate sobre temáticas

históricas, técnicas e artísticas, até à componente de formação artística (vulgo Cursos Livres), a “Velha-a-Branca” veio preencher um espaço importante na vida cultural da cidade e foi, segundo o Vereador Ricardo Rio, uma autêntica “lufada de ar fresco”.

A reunião com a Direcção da entidade serviu para os Vereadores da Coligação conhecerem em maior detalhe o espaço, as actividades e os resultados desta Cooperativa Cultural, bem como para abordar diversos aspectos da vida cultural da cidade, da política cultural do Município e das expectativas para a sua evolução próxima.

Na óptica dos Vereadores da Coligação, a “Velha-a-Branca” diferencia-se por ser um projecto desprezioso mas arrojado, aberto à participação de todos e, porque independente, rigoroso na gestão dos seus recursos e das suas iniciativas.

Em última análise, como afirmou Ricardo Rio, a “Velha-a-Branca” é a demonstração de que é possível uma superior dinâmica cultural no Concelho, apesar dos equívocos do poder socialista em exercício.

Neste âmbito, Rio defendeu que se os apoios financeiros podem ser importantes para alavancar certas actividades, a Câmara não deve exercer qualquer tutela nem criar dependências nestas entidades, devendo privilegiar a catalisação e a agilização das suas actividades próprias.

Coligação apoiada pelo PSD quis ter voz na elaboração das Opções do Plano e Plano Plurianual de Investimentos

No espírito de desenvolvimento de uma Oposição responsável e participante na construção do futuro do nosso Concelho, os Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga” exigiram, como acontece de há alguns anos a esta parte, que a Câmara Municipal de Braga registasse os seus contributos para as Opções do Plano, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Autarquia para o ano de 2007.

Desta feita, seguindo a indicação transmitida em sede de Executivo Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara, formularam as suas propostas a cada um dos Vereadores do Partido Socialista, de acordo com os pelouros que lhes estão atribuídos, ao longo de reuniões individuais que decorreram ao longo da pretérita semana.

A esse conjunto de propostas e desafios sectoriais, que serão oportunamente divulgados, acresceu

Notícias de Braga

um conjunto de investimentos concretos a realizar nas diferentes Freguesias, de acordo com os contactos mantidos com diferentes autarcas, entidades e cidadãos.

Relativamente a estes investimentos, as propostas da Coligação cobrem áreas muito diferenciadas e apontam, em algumas situações, para a óbvia necessidade de concretização de compromissos/projectos há muito inscritos em sede de Plano Plurianual de Investimentos, mas sem dotação orçamental compatível ou sem quaisquer avanços

no terreno.

Esta política sistematicamente utilizada pela maioria socialista do “Com o Plano me enganar”, afigura-se profundamente reprovável, porquanto é desrespeitosa para com os Autarcas das Freguesias e com as populações que estes representam, cujas expectativas são, assim, continuamente defraudadas.

Nas propostas formuladas para as diferentes Freguesias do Concelho, conjuga-se a conclusão da rede de infra-estruturas básicas – com especial destaque para as redes de saneamento

e abastecimento de água –, a dotação de equipamentos públicos nas áreas da educação, desporto, lazer e solidariedade social, a intervenção no domínio do trânsito e da rede viária e a realização de diversos arranjos urbanísticos.

Ao nível da água e saneamento, custa a perceber como é que tantos anos depois das promessas de conclusão das redes públicas, há ainda tantas Freguesias com escassa cobertura ou com necessidade de intervenções profundas.

Nesta área, revela-se prioritária a instalação da ETAR de Priscos, que irá também viabilizar a cobertura de algumas Freguesias vizinhas, bem como actuar na dotação de saneamento aos Lugares do Penedo, Cones e Fontes da Freguesia urbana

de Maximinos.

No plano desportivo, os Vereadores da Coligação avançaram com a sugestão de intervenção em diversos Campos de Futebol do Concelho e defenderam a requalificação de equipamentos existentes e a criação de novas infra-estruturas em diversas Freguesias, onde estes não existem ou estão muito degradados,

Finalmente, esperam os Vereadores que sejam finalmente concretizados os compromissos de construção de novas sedes para a Associação Desportiva Merelim S. Paio, o Clube Fluvial de Merelim e o Arsenal Clube da Devessa.

– **Gab. Imp. CPS/PSD- Braga**

Notícias do Porto

Gestão privada do Teatro Rivoli, Junta Metropolitana e ligações com o Japão

A Câmara Municipal do Porto recebeu seis propostas de candidatura à gestão do Teatro Rivoli, no âmbito do processo de consulta promovido pela autarquia, cujo prazo terminou na passada segunda-feira, 2 de Outubro.

As entidades que apresentaram as respectivas candidaturas são as seguintes: Companhia do Som, Lda., cuja proposta deu entrada na autarquia a 3 de Outubro, mas com carimbo dos CTT de 29 de Setembro; Portoeventos; Teatro Politeama; Miltemas – Serviços e Produções de Marketing; Plateia – Associação de Profissionais das Artes Cénicas e Inatel.

A Comissão de Acompanhamento, presidida pelo Director Municipal da Cultura, Raul Matos Fernandes, vai proceder à abertura e análise das referidas propostas.

Junta Metropolitana

A Junta Metropolitana do Porto (JMP) decidiu hoje realizar uma reunião dos departamentos jurídicos de todos os 14 municípios membros, destinada a concertar uma posição jurídica sobre a falta de pagamento da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem por parte das operadoras de telecomunicações.

Segundo Rui Rio, o passo seguinte será o de ver «o que, no plano político, a Área Metropolitana do Porto, no seu conjunto, poderá fazer para obrigar as referidas empresas a entregar às câmaras aquilo que lhes é devido».

O Presidente da JMP justificou esta posição pelo facto de as operadoras –

nomeadamente a PT, a maior de todas – indicarem nas facturas a cobrança da referida taxa que deveria ser entregue aos municípios, o que, na prática, se traduz apenas nalguns (poucos) euros.

«A verificar-se esta situação, ou seja, se não entregam tudo aquilo que cobram às pessoas, estamos perante um acto que poderá configurar um crime, à semelhança do que sucede quando uma empresa arrecada o IVA, ou os descontos para a Segurança Social e não os entrega ao Estado».

Foi, por outro lado, agendada para 11 de Outubro uma reunião entre a JMP e o C.A. da Metro do Porto. Esse encontro contará com a presença dos professores Álvaro Costa, coordenador do estudo técnico pedido pelo Governo, e Paulo Pinho, responsável pelo estudo encomendado pela própria Metro. Ambos os especialistas responderão a todas as questões levantadas pelos autarcas da AMP sobre os respectivos trabalhos recentemente elaborados.

Foram igualmente apresentados a todos os presidentes de Câmara alguns indicadores fundamentais sobre os Metros de Lisboa e do Porto, que permitem fazer uma análise comparativa relativamente à disparidade dos números entre as duas infra-estruturas, demonstrativa da acentuada diferença de tratamento que cada uma delas tem vindo a merecer ao longo dos anos, em termos de esforço público desenvolvido. «São dados que permitem reflectir sobre a equidade de tratamento entre as diversas regiões do País», afirmou Rui Rio.

Finalmente, a JMP entendeu adiar para a próxima reunião a apresentação de um estudo elaborado pela Lipor sobre o impacto do tratamento dos resíduos sólidos urbanos de todo o Grande Porto. O adiamento foi motivado pela ausência do representante do município de Gaia, um dos principais interessados nesta matéria.

Japoneses cultura

No âmbito da geminação entre as Cidades do Porto e de Nagasaki, e por ocasião da comemoração dos 450 anos de amizade Portugal-Japão, o Vice-Presidente da CMP, Álvaro Castello-Branco, inaugurou, na passada sexta-feira, a exposição «Histórias e Tradições do Japão», patente na Casa do Infante até 29 de Outubro. Por sua vez, o Vereador da Cultura, Fernando Almeida,



inaugurou uma outra exposição «Visões do Japão no final do século XIX através da Gravura Japonesa», que decorre no CRAT, igualmente até 29 do corrente.

Estas exposições integram-se num ciclo de actividades sobre a cultura japonesa e a sua relação com o Porto, Portugal e os Descobrimentos. Os certames são promovidos pela Cooperativa Árvore e contam com o apoio da Câmara Municipal do Porto, do Município de Nagasaki e da Embaixada do Japão.

Os seus dois núcleos principais, «Bonecos Tradicionais Japoneses» – das colecções particulares de Beatriz Martins Janeiro, de Ingrid Blosler Martins e da Embaixada do Japão – e Gravura Japonesa - colecção de Manuel Paia - são complementados por dois pequenos núcleos Pintura sobre Seda e Bules de Chá, bem como actividades culturais ligadas ao tema, nomeadamente em três workshops: origami (dobragens de papel) dirigido a crianças e professores; ikebana (arranjos florais) e butô (dança), que decorrem na Cooperativa Árvore, durante este mês de Outubro.

Esta atenção sobre a cultura japonesa e oriental é oportuna pelo contexto histórico que releva, mas também pelo contexto actual de crescente

globalização do conhecimento, da comunicação e das relações humanas.

O Porto, pela sua relação privilegiada com o Município de Nagasaki e consciente de que este tipo de relacionamentos intermunicipais também se afirma como resultado de um compromisso e de uma obra de todos, agentes públicos e privados, presta grande atenção às manifestações culturais e sociais originárias desta região e desta nação, pelo que apoiou uma iniciativa que germinou na sociedade civil e no empenho da Dra. Maria Helena Castro, profunda conhecedora da história e cultura japonesas e Comissária da Exposição. – **Gab. Imp. CMP**



Notícias de Sintra

Festival aéreo na Praia Grande marca o início de Outubro



A Esquadra 552 dos Rotores de Portugal da Força Aérea realizou no Domingo, dia 1 de Outubro, na Praia Grande, um Festival Aéreo, durante o qual os helicópteros Alouette III – únicos no Mundo a fazer demonstrações de acrobacia – foram os grandes protagonistas.

O objectivo deste Festival Aéreo foi proporcionar, a todos aqueles que no Domingo se deslocaram à Praia Grande, a oportunidade de assistir à execução de formações ainda desconhecidas do grande público e apenas possíveis dadas as raras capacidades de manobra do Alouette III, voando em formação e evoluindo a baixa altitude.

Os “Rotores de Portugal” tornaram-se conhecidos do grande público em Abril de 1976, nessa altura integrados na Esquadra 33, actuando pela primeira vez no festival aeronáutico que teve lugar na Base Aérea N.º 1, em Sintra, numa exibição com quatro helicópteros em simultâneo, tendo feito a sua última demonstração em Outubro de 1980.

Voltaram a surgir em 1982, desta vez com dois helicópteros, mas agora integrados na Esquadra 552. Marcaram presença em todos os festivais nacionais promovidos pela Força Aérea, tendo ainda recebido convites para participarem em festivais aéreos na Holanda e Alemanha.

Em 1991 e 1992 a patrulha esteve integrada na Esquadra 111, sendo composta por pilotos instrutores, operando três helicópteros em simultâneo. Foram reactivados em 2005 e presentemente é composta por cinco pilotos operacionais da Esquadra 552, evoluindo com três helicópteros.

Sintra assinalou o “Dia Mundial da Música”

A Câmara de Sintra vai assinalar o Dia Mundial da Música, no Centro Cultural Olga Cadaval, com um

concerto gratuito pela Orquestra de Câmara de Sintra, seguindo-se, dois dias depois, uma actuação em palco de Paulo Gonzo.

A Orquestra de Câmara de Sintra (OCS) tem tido uma constante preocupação pela interpretação e recuperação do património musical português. O programa que apresentou integrava, na primeira parte, algumas obras de compositores portugueses do séc. XVIII, que a OCS gravou recentemente num CD intitulado “A Sinfonia em Portugal” e que assim foi apresentado oficialmente.

A segunda parte do concerto, e por se tratar também de um concerto que pretendia comemorar o Dia Mundial da Música, foi preenchida com uma das mais emblemáticas e festivas obras de toda a História Musical: “Música Aquática”, de Haendel.

A Orquestra de Câmara de Sintra está integrada na estrutura do Sintra Estúdio de Ópera e estreou-se no dia 1 de Outubro de 2004, no concerto comemorativo do Dia Mundial da Música, organizado pela Câmara Municipal de Sintra e realizado na Adegas Regionais de Colares. Desde

então, apresentou-se no “Festival Música”, no Auditório da Escola de Música e Bailado Nossa Senhora do Cabo, em Linda-a-Velha, no Auditório Municipal Augusto Cabrita, no Barreiro, participando também em diversas produções do Sintra Estúdio de Ópera, em vários pontos do país, com formações de música de câmara.

Actualmente conta com uma formação efectiva de 20 elementos e tem como maestro titular, o maestro Henrique Piloto.

Interrupção temporária da circulação do velho eléctrico Sintra-Praia das Maças

A circulação do Eléctrico vai ser interrompida nos dias 13, 14, 15, 20, 21 e 22 de Outubro devido a mudança de instalações do Banzão para a Ribeira de Sintra. No entanto, excepcionalmente, funcionou no dia da Implantação da República, 5 de Outubro, Feriado Nacional.

Saliente-se que o eléctrico funciona regularmente (aberto ao público) apenas de Sexta a Domingo, no entanto, e tendo em conta a grande afluência de turistas que nesta data visitam Sintra, a autarquia decidiu que o eléctrico irá funcionar, excepcionalmente, a nessa quinta-feira, dia 5 de Outubro.

– **Gab. Imp. CMS**

Notícias de Loures

1ª Exposição de Artes Plásticas

O Presidente da Comissão Política da Secção de Loures do PSD, Victor Santos, tem o prazer de convidar os leitores do “Povo Livre” e o público em geral, para a Vernissage da Exposição dos artistas Motta Guedes, José Andrade e Manuela Costa a realizar no dia 13 de Outubro pelas 19 horas, na Secção de Loures, sede, sita no Largo Tristão Vaz Teixeira n.º 5C, Parque Residencial do Almirante, Santo António dos Cavaleiros. A exposição decorrerá entre os dias 13 e 15, com o seguinte: das 09:00 às 13:00; 14:00 às 19:00 e 20:00 às 23:00. – **Área Cultural da Comissão Política da Secção de Loures**

Conselho Nacional dos TSD reuniu na Sede Nacional e exigiu Agenda Social



O Conselho Nacional dos TSD – Trabalhadores Social Democratas, reunido para debater a actualidade económica e social do país, manifesta a sua preocupação pelo continuado agravamento das condições de vida dos portugueses, com as classes médias cada vez mais pobres e o governo cada vez mais extasiado com os efeitos da sua publicidade enganosa.

Eufórico com os resultados do seu estilo de governação populista, o Primeiro Ministro manda dismantelar os serviços de saúde – com o fecho de maternidades, centros de saúde e urgências hospitalares, ainda que nalguns casos à custa de milhões já gastos pelo seu governo – agride os professores de forma demagógica, ataca de forma deplorável os funcionários públicos, procura dividir a opinião pública e atirá-la contra quem reage à insensibilidade das suas políticas.

Este governo não tem uma agenda social, pelo contrário. Mas os TSD exigem-na!

Com efeito:

1. O desemprego continua a ser o problema que mais preocupa os portugueses, não havendo resultados objectivos que revelem que a economia está a crescer a um ritmo gerador de aumento do nível do emprego ou, no limite mínimo, que corresponda à estabilização do desemprego, mas a máquina de propaganda do governo não se cansa de procurar fazer crer que o desemprego está a baixar.

O governo está essencialmente preocupado com os grandes negócios, não presta a devida e atempada atenção aos investimentos estrangeiros que cada vez mais abandonam o país, ignora a economia real representada pelas micro, pequenas e médias empresas e, dessa estratégia, ressentem-se todos os equilíbrios sociais do país.

Os TSD reclamam que o próximo Orçamento para 2007 compatibilize os objectivos do controlo das contas públicas com a necessidade de fomentar o investimento produtivo – público e privado – sem o qual Portugal tardará em relançar de forma sustentada a sua economia e em acompanhar o crescimento dos restantes países da União Europeia, para a necessária criação de mais riqueza e mais emprego.

2. Os TSD expressam a sua perplexidade face ao tratamento que o governo continua a dar aos Trabalhadores da Administração Pública. Anunciou o PRACE, sem os devidos e prévios estudos, e apresentou o Simplex, para os cidadãos mais facilmente resolverem os seus problemas junto da Administração Pública, mas cujos resultados não se sentem.

Congelou as carreiras aos funcionários públicos, não lhes actualizou salários nem pensões para salvaguardar o poder de compra, quer agravar a sua comparticipação para a ADSE e, sempre que se refere aos servidores do Estado, atinge a sua dignidade profissional e culpabiliza-os pelos problemas do défice público.

Tudo isto resulta na criação de um ambiente negativo nas relações laborais do sector, com os trabalhadores desmotivados e sem confiança no futuro, enquanto a eficiência dos serviços públicos prestados aos cidadãos não melhora.

É muito estranho que não haja uma só notícia do governo/patrão a reconhecer mérito àqueles que servem a Administração Pública, enquanto abundam as suas referências de achincalhamento profissional aos funcionários públicos.

Os TSD manifestam o seu apoio aos trabalhadores da Função Pública e lamentam que o governo, em vez de promover a reforma do sector com sentido de responsabilidade e respeito pelas pessoas que nele trabalham, prefira conduzir o processo de forma demagógica e atabalhoada, com o sacrifício da honorabilidade destes profissionais e o comprometimento dos resultados que se pretendem obter com a reforma da Administração Pública.

3. O processo da Reforma da Segurança Social deve merecer o envolvimento da sociedade portuguesa, porque se trata de um assunto com implicações profundas na vida da generalidade das famílias.

Esta é uma matéria que toca a todas as pessoas e ao longo de toda a vida, pelo que não pode ser tratada de forma apressada e em circuito fechado.

A participação dos parceiros sociais é desejável e saudável, mas as forças políticas e os portugueses devem ser convocados para um amplo e necessário debate nacional.

Os TSD apelam, por isso, ao governo e às forças políticas parlamentares para que a Reforma da Segurança Social seja realizada de forma aberta e construtiva, para que a solução que o Parlamento venha a aprovar seja aquela que melhor responda aos anseios legítimos dos portugueses e a uma segurança social com Futuro. - Lisboa, 7 de Outubro de 2006, Conselho Nacional dos TSD

JSD Mafra comemora XVII aniversário



Numa noite que serviu para recordar a história da estrutura, o Presidente da JSD Mafra, companheiro José Bizarro, aproveitou a oportunidade para fazer o balanço do mandato que termina, afirmando a intenção de se recandidatar a um novo mandato na Comissão Política de Secção, comprometendo-se a reforçar os ritmos de dinamismo e intervenção que a estrutura teve nos últimos anos bem como a auxiliar a fase de transição para uma nova liderança na JSD Mafra. Na sua intervenção o Presidente da JSD Mafra apresentou o Manual do Jovem Social Democrata Mafrense. Este documento tem como objectivo aproximar os jovens mafrenses da estrutura, consciencializando-os da amplitude e grandeza que a JSD Mafra pode injectar no desenvolvimento de um concelho cada vez próspero.

Secção da JSD de Braga promove conferência/debate: “Ética Vs corrupção na gestão autárquica”

Realizou-se no passado dia 4 de Outubro, no Hotel Turismo, em Braga, uma conferência/debate promovida pela JSD sob o título “ética Vs corrupção na gestão autárquica”.

Como oradores participaram Ricardo Rio, vereador na Câmara Municipal de Braga, e Paulo Morais, ex-vereador na Câmara Municipal do Porto.

Os oradores abordaram sem tabus um tema sensível, dando exemplos de problemas e situações ocorridas e hipóteses de solução para os mesmos. Refira-se a título de exemplo que o Dr. Ricardo Rio lembrou que a corrupção nas Autarquias tem o seu cerne na área do Urbanismo mas que se estende a domínios como a contratação de pessoal ou a adjudicação de serviços e empreitadas, Rio apresentou também dados da Polícia Judiciária que atestam o crescimento deste fenómeno ao longo dos últimos anos.



Foi num clima de grande entusiasmo que a estrutura comemorou o seu XVII Aniversário. O jantar de aniversário decorreu na sede do PSD na Ericeira e contou com a presença de 117 militantes e amigos da JSD Mafra.

Também o Vice-Presidente da Comissão Política de Secção do PSD Mafra e o Presidente da Distrital de Lisboa da JSD, os companheiros Joaquim Cruz e Bruno Ventura respectivamente, tiveram a oportunidade de intervir no jantar, evidenciando o dinamismo da actual JSD Mafra e enaltecendo o facto de ao longo da sua história a JSD Mafra ter sido a maior referência política para os jovens mafrenses.

De destacar a presença de todos os ex-Presidentes da JSD Mafra, e do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mafra que não quis deixar de se associar às comemorações do aniversário da estrutura.

No final do Jantar o Presidente da JSD Mafra, os ex-Presidentes e o Presidente da Câmara Municipal de Mafra apagaram as velas comemorativas do XVII Aniversário da JSD Mafra.

A discoteca “Ouriço” na Ericeira foi a etapa seguinte das comemorações do aniversário da JSD Mafra. Divertimento e alegria foram as notas dominantes até altas horas da madrugada.

JSD Odivelas apresenta Moção sobre Metropolitano de Lisboa

Os representantes da CPS-JSD Odivelas apresentaram no passado dia 28 de Setembro uma moção relativa ao Metropolitano de Lisboa. Refira-se que esta foi desenvolvida em colaboração com a Secção do PSD local e com a Secção da JSD da Amador, tendo sido aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal daquele concelho

MOÇÃO

O Concelho de Odivelas encontra-se servido por três estações do Metropolitano, a saber: Sr. Roubado, Odivelas e Pontinha. Destas estações a do Sr. Roubado e Pontinha encontram-se abrangidas na Coroa L, estando a estação de Odivelas, por sua vez, incluída na Zona 1.

Os títulos de transporte existentes para circular no interior da Coroa L permitem a opção entre *Bilhete Simples 1 Zona*, com o custo de 0,70 cêntimos, e *Bilhete Ida e Volta Urbano*, com o custo de 1,30 euros.

A mesma opção não existe para o *Bilhete de 2 Zonas*. Na prática, um passageiro que adquira o seu bilhete na estação de Odivelas terá que pagar 1 euro, para fazer a viagem entre Odivelas e a cidade de Lisboa (ou apenas entre a estação de Odivelas e a do Sr. Roubado, também Concelho de Odivelas!).

O inverso, ou seja, quando esse mesmo passageiro pretender regressar da cidade de Lisboa para Odivelas terá, novamente que pagar 1 euro pelo *Bilhete de 2 Zonas*, (ou apenas entre a estação do Sr. Roubado e a de Odivelas, ambas no Concelho de Odivelas!).

Não existe pois, nos *Bilhete de 2 Zonas*, a opção de compra de um Bilhete de Ida e Volta, com a inerente vantagem na redução do preço conforme existe para os utilizadores do metropolitano que circulem unicamente no interior da Coroa L.

Tal facto representa uma desvantagem para os utilizadores do metropolitano que iniciem as suas viagens em Odivelas.

Assim, para a JSD Odivelas, e considerando que deverá ser potencializado ao máximo o uso deste meio de transporte, permitindo uma maior mobilidade das pessoas no interior da cidade de Lisboa, retirando por essa forma, automóveis do centro da cidade,

Considerando que, um elevado número de jovens, bem como, da restante população estuda e/ou trabalha em Lisboa, ou ai se desloca para fins lúdicos ou pessoais,

Considerando que, os utilizadores do metropolitano de Odivelas deverão dispor de igualdade de tratamento face aos utilizadores do metropolitano que circulem apenas no interior de Lisboa,

Pelo exposto, pela presente moção procuramos obter os mesmos direitos dos utilizadores do metropolitano de Lisboa que circulem apenas na Coroa L, nomeadamente levar que se interceda junto do Metropolitano de Lisboa para que seja criado um *Bilhete de Ida e Volta de 2 Zonas*, entre a COROA 1 e a Coroa L (cidade de Lisboa), potenciando assim, uma melhor mobilidade, bem como, terminar com a actual situação discriminatória que existe para os utilizadores que iniciem a sua viagem na estação de Odivelas.

J.S.D. % Concelhia de Odivelas



DISTRITAL DE ÉVORA

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais do PSD, convocam-se todos os militantes do Distrito de Évora, para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 17 de Novembro de 2006, sexta-feira, entre as 18h00 e as 23h00, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição dos Órgãos Distritais

- Mesa da Assembleia Distrital;
- Comissão Permanente Distrital;
- Conselho de Jurisdição Distrital;
- Delegados à Assembleia Distrital.

Nota: Para efeitos de recepção de candidaturas à M.A.D. C.P.D. E C.J.D. a sede Distrital do PSD, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, Évora, encontrar-se-á aberta até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Para efeitos de recepção da Candidatura a Delegados da Assembleia Distrital, as sedes concelhias encontrar-se-ão abertas até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

Locais de votação:

Alandroal – Largo da Matriz, 19 – Alandroal
 Arraiolos – Rua Melo Mexia nº 5 – Sala de Reuniões da Junta de Freguesia de Arraiolos.
 Borba – Rua Visconde de Gíão – Borba
 Estremoz – Rua 5 de Outubro, 18 – 1º Estremoz
 Évora – Rua Cândido dos Reis, 48 – Évora
 Montemor-o-Novo – Rua Horácio Macedo, nº 28 – B – Montemor-o-Novo
 Mora – Quinta Dr. Castro Mora
 Mourão – Lg Portas de S. bento, 29 1º - Mourão
 Portel – Rua Cândido dos Reis, 48 – Évora (Sede Distrital)
 Redondo – Rua António José Almeida, nº 3 – Redondo
 Reguengos de Monsaraz – Rua Serpa Pinto – Reguengo de Monsaraz
 Vendas Novas – Rua Joaquim Mendonça, 25 – Vendas Novas
 Viana do Alentejo – Rua Cândido dos Reis, 32 – Alcaçovas
 Vila Viçosa – Rua Augusta, lt 177 – Vila Viçosa

ARRAIOLOS – DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção de Arraiolos, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Novembro 2006, na Sala de Reuniões da Junta de Freguesia

de Arraiolos, sita na Rua Melo Mexia, nº 5, em Arraiolos, entre as 18h00 e as 23h00 para em ponto único:

- Eleição da Comissão Política da Secção e da Mesa da Assembleia de Secção
 Nota: As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital, Rua Cândido dos Reis, 48 – Évora, ao Presidente da CPD/Évora, ou a quem o representar.

MORA – DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a assembleia de Secção de Mora, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Novembro 2006, na Quinta Dr. Castro, em Mora, entre as 18h00 e as 23h00 para em ponto único:
 - Eleição da Comissão Política da Secção e da Mesa da Assembleia de Secção
 Nota: As listas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital, Rua Cândido dos Reis, 48 – Évora, ao Presidente da CPD/Évora, ou a quem o representar.

DISTRITAL DE PORTALEGRE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 67º dos Estatutos do PSD, bem como das disposições conjugadas do artigo 3º e dos números 2 e 3 do Artigo 9º do seu Regulamento Eleitoral, convoca-se os militantes do Distrito de Portalegre, para reunirem extraordinariamente no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, com a seguinte ordem e locais:

- Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
- Eleição da Comissão Política Distrital;
- Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
- Eleição dos Delegados da Secção à Assembleia Distrital.

Alter do Chão - Av. Dr. João Pestana, 13
 Arronches - R. do Ronquillo, 4 (sede)
 Avis - Av. da Liberdade, 23 - (Sede)
 Campo Maior - Rua 1º de Maio, 11 - 1º (Sede)
 Castelo de Vide - R.da Carreira de Baixo, 13 - 1º (Sede)
 Crato - Antigos Celeiros da EPAC - (Sede)
 Elvas - Salão do Hotel d. Luís
 Fronteira - Rua dos Trigueiros, 69 - Sede
 Gavião - Casa do Povo do Gavião
 Marvão - Travessa da Silveirinha - Sede
 Monforte - Junta de Freguesia de Monforte
 Nisa - Junta de Freguesia do Espírito Santo
 Ponte de Sor - R. João de Deus, 18 - 1º A - Sede
 Portalegre - Largo 28 de Janeiro, 10 - Sede
 Sousel - Rua Direita - Sede

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas devem ser entregues na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ALTER DO CHÃO – DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Alter do Chão, para uma Assembleia Eleitoral a decorrer no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, na Av. Dr. João Pestana, 13, em Alter do Chão, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao eleitoral.

ARRONCHES – DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Arronches, para uma Assembleia Eleitoral a decorrer no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, na Rua do Ronquillo, nº 4, com a seguinte Ordem de Trabalhos
 Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao eleitoral.

CASTELO DE VIDE – DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Castelo de Vide, para uma Assembleia Eleitoral a decorrer no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, na Rua da Carreira de Baixo, 13 – 1º - Sede, em Castelo de Vide, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao eleitoral.

CRATO – DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Crato, para uma Assembleia Eleitoral a decorrer no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, nos Antigos Celeiros da EPAC no Crato,

com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao eleitoral.

NISA – DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Nisa, para uma Assembleia Eleitoral a decorrer no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, na Junta de Freguesia do Espírito Santo em Nisa, com a seguinte Ordem de Trabalhos
 Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao eleitoral.

PONTE DE SOR – DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Ponte de Sor, para uma Assembleia Eleitoral a decorrer no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, na Rua João de Deus, 18, 1º A, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao eleitoral.

SECÇÃO DE PORTALEGRE – DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convocam-se todos os militantes da Secção de Portalegre, para uma Assembleia Eleitoral a decorrer no próximo dia 17 de Novembro de 2006 (sexta-feira), entre as 20h00 e as 23h00, no Largo 28 de Janeiro, 10 - Sede, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: Para efeitos de entrega de listas, as mesmas terão que ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital, até Às 24h00 do terceiro dia anterior ao eleitoral.



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, convoco a Assembleia de Militantes do PSD de Abrantes para reunir, no próximo dia 10 de Novembro (sexta-feira), pelas 21:00 horas, na sede concelhia, sita em Rua de São Pedro, nº22, 1º - Abrantes, com a seguinte Ordem de Trabalhos

- 1- Aprovação das contas relativas ao ano de 2005;
- 2- Análise da situação política.

ALMADA

Nos termos dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada do PSD, para reunir no próximo dia 30 de Outubro de 2006, pelas 21h00 na Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro, sita na Rua Capitão Leitão, nº 79, em Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política;
3. Proposta de constituição de grupos temáticos;
4. Orçamento para 2007;
5. Nova Sede;
6. Outros assuntos de interesse partidário.

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção para uma reunião ordinária a realizar na terça-feira, dia 31 de Outubro de 2006, pelas 21h30, no Hotel Turismo em Braga, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Análise da situação política local;
3. Análise da situação política nacional

LOULÉ

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Loulé, para reunir no próximo dia 10 de Novembro de 2006, pelas 20h00, na sede do Partido, na Rua Francisco Sá Carneiro, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção.
- Nota: As urnas estarão abertas para a votação das 20h30 Às 22h30.
Das 20h00 às 20h30 decorrerá a apresentação das candidaturas e pedidos de esclarecimentos sobre as mesmas.
As listas candidatas devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ao a quem o posso substituir, até às 24h00 do dia 7 de Novembro de 2006, na sede do PSD de Loulé.

NÚCLEO DE SÃO MARTINHO DO BOUGADO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo ordinária da Freguesia de São Martinho do Bougado, para reunir no

próximo dia 20 de Outubro de 2006 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede do Núcleo de São Martinho do Bougado, sito no Largo Costa Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Ponte de Lima para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 17 de Novembro de 2006, na sede concelhia, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, entre as 20h30 e as 23h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos
Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.
Nota: As listas candidatas devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SEIXAL

Ao abrigo do disposto nos Estatutos e demais Regulamentares do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD do Concelho do Seixal, para uma reunião ordinária a ter lugar na sua Sede Concelhia, no dia 27 de Outubro de 2006 (sexta-feira), pelas 21h00, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise político-partidária.

SESIMBRA

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Sesimbra, para uma Assembleia Ordinária a reunir, no próximo dia 20 de Outubro de 2006, sexta-feira, pelas 21h00, na sede concelhia, sita na Rua da República, nº 20 - 1º esq, em Sesimbra, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária nacional e concelhia.

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir no dia 17 de Novembro de 2006, pelas 19h00, na sede sita à Rua Rodrigues de Freitas, Ermesinde, com a seguinte Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição para a Comissão Política e para a Mesa do Plenário da Secção de Valongo.

Nota: As candidaturas terão de ser entregues, nos termos do Regulamento Eleitoral, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 870, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta nesse dia e para o efeito, entre as 21h00 e as 24h00. As urnas estarão abertas das 19h00 às 22h30.

VALPAÇOS

A pedido do Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, anula-se a

convocatória Eleitoral publicada anteriormente para o dia 15 de Outubro, e publica-se nova:

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valpaços para reunir no dia 25 de Novembro de 2006 (sábado), pelas 14h30, na Sede do PSD, Rua 25 de Abril, com a seguinte Ordem de Trabalhos
Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção.
Nota: As urnas estarão abertas das 14h30 às 17h00.
As listas devem ser entregues na Sede de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.



CONSELHO DISTRITAL DA JSD FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Faro para reunir no próximo dia 20 de Outubro de 2006, pelas 21.00 horas, na sede da Distrital, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, 1, em Faro com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- Marcação do calendário eleitoral para a realização do Conselho Distrital Eleitoral e das eleições dos delegados residenciais do distrito de Faro.

A Presidente da Mesa do Conselho Nacional
(Ana Zita Gomes)

CONSELHO DISTRITAL DA JSD MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamento aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Minho, para o próximo dia 21 de Outubro de 2006, pelas 14h00, no Teatro Club da Póvoa de Lanhoso, sito no Largo António Ferreira Lopes, na Póvoa de Lanhoso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
 2. Discussão e aprovação do Regulamento do Conselho Distrital da JSD Minho;
 3. Discussão e aprovação da alteração da designação JSD Minho para Distrital da JSD Braga;
 4. Apresentação e aprovação do logótipo da JSD Minho;
 5. Análise da situação política.
- O Presidente da Mesa do Conselho Distrital da JSD/Minho
(Pedro Rodrigues)

ODIVELAS

Ao abrigo do artigo 30º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Ordinário da Secção de Odivelas, para o próximo dia 26 de Outubro de 2006, pelas 21h00 na Sede da JSD sita na Rua Alfredo Roque

Gameiro nº 11 c/v Dto, em Odivelas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
 2. Análise da situação política;
 3. Relatório actividades.
- O Presidente da Mesa
(Pedro Vara)

CONSELHO DISTRITAL DE COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital de Coimbra para reunião a realizar no próximo dia 20 de Outubro de 2006, pelas 21h30m, na Sede Distrital de Coimbra do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos

- 1 - Informações;
 - 2 - Análise da situação política actual;
 - 3 - Discussão da estratégia para o Ensino Superior da Distrital de Coimbra da JSD;
 - 4 - Outros assuntos de interesse.
- O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Ricardo Lopes)



Convocatórias TSD/AML

Núcleo da RDP

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD e no Nº 1 do Artº 3º do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes dos TSD do Núcleo da RDP para reunirem em Assembleia Eleitoral no próximo dia 14 de Novembro de 2006 (terça-feira), das 18H00 às 22H00 na Sede Distrital sito na Sede Distrital sito na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo da RDP

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital dos TSD/AML, até às 20H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Rua da Junqueira, nº 209 em Lisboa.

Núcleo da RTP

Ao abrigo do disposto nos Estatutos dos TSD e no Nº 1 do Artº 3º do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes dos TSD do Núcleo da RTP para reunirem em Assembleia Eleitoral no próximo dia 14 de Novembro de 2006 (terça-feira), das 18H00 às 22H00 na Sede Distrital sito na Sede Distrital sito na Rua da Junqueira, nº 209, em Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos
Ponto Único - Eleição do Secretariado do Núcleo da RTP

Nota: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Secretariado Distrital dos TSD/AML, até às 20H00 do quinto dia útil anterior ao acto eleitoral, na Rua da Junqueira, nº 209 em Lisboa.